Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quarta e quinta-feira, 1º e 2 de maio de 2024
Ano CVII ● Número 29.600
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

MULTIPOLARIDADE: EDUCAÇÃO

Paulo Freire e Confúcio como guias para conhecimento. Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**

PIX NÃO VAI MATAR O BOLETO

Entrevista com Valter Gomes, CEO do Partner Bank, sobre mercado de pagamentos. **Página 5**

O 'MILAGRE' DE MILEI: CALOTE NA LUZ

Superávit nas contas públicas alcançado não pagando dívidas. Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Apenas 25% das patentes registradas no País são de brasileiros

Brasil ocupa 26ª colocação entre os países

O presidente do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI), Julio César Moreira, disse que 75% das patentes registradas no país são de estrangeiros. Moreira participou nesta terça-feira (30) de uma sessão solene no Plenário da Câmara dos Deputados que marcou o Dia Mundial da Propriedade Intelectual. "É preciso não só estimular a inovação, mas aumentar o conhecimento das pessoas sobre a necessidade de um registro correto das invenções", afirmou.

O Brasil ficou, em 2023, em um modesto 26º lugar em pedidos de patentes entre os países, segundo dados da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). Em 2022, cerca de 85% de todos os pedidos de patentes ocorreram na China, EUA, Japão, Coreia do Sul e Europa. A China respondeu por 46,8% do total mundial.

O deputado Julio Lopes (PP-RJ), que sugeriu a sessão, explicou a importância do registro de propriedade intelectual. "Ela não apenas garante que os criadores recebam o reconhecimento e a justa recompensa por suas inovações, mas também incentiva o investimento contínuo em pesquisa e desenvolvimento, alimentando assim o círculo virtuoso da inovação no País", segundo a Agência Câmara de Notícias.

A propriedade intelectual está expressa não só em patentes, mas em marcas, direitos autorais e até indicações geográficas como o queijo da Serra da Canastra. Moreira afirmou que há um grande potencial de registros na área de biotecnologia, mas que a legislação ainda é restritiva.

Rahel Patrasso/Xinhua

Desemprego tem menor taxa em 10 anos

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada pelo IBGE nesta terça-feira, a taxa de desocupação chegou a 7,9% no trimestre encerrado em março de 2024, com alta de 0,5 ponto percentual em relação ao trimestre encerrado em dezembro de 2023. No entanto, essa taxa ainda está abaixo dos 8,8% registrados no mesmo trimestre móvel de 2023 e é a mais baixa para o primeiro trimestre desde 2014, quando chegou a 7,2%.

A alta da desocupação na comparação trimestral foi puxada pelo aumento no número de pessoas em busca de trabalho, a chamada população desocupada, que cresceu 6,7% frente ao trimestre encerrado em dezembro de 2023, um aumento de 542 mil pessoas em busca de trabalho. Apesar da alta, a população desocupada permanece 8,6% abaixo do contingente registrado no mesmo trimestre móvel de 2023.

Outro fator que concorreu para o aumento da taxa de desocupação foi a redução da população ocupada do país. Esse contingente recuou 0,8% na comparação trimestral, embora permaneça 2,4% acima do número de trabalhadores encontrados pela Pnad Contínua no primeiro trimestre de 2023.

Para Adriana Beringuy, coordenadora de Pesquisas Domiciliares do IBGE, "o aumento da taxa de desocupação foi ocasionado pela redução na ocupação. Esse panorama caracteriza um movimento sazonal da força de trabalho no primeiro trimestre de cada, com perdas na ocupação em relação ao trimestre anterior".

A analista observa que "o movimento sazonal desse trimestre não anula a tendência de redução da taxa de desocupação observada nos últimos dois anos".

Apesar da redução da população ocupada, o número de trabalhadores com carteira assinada não teve variação significativa na comparação com o trimestre móvel anterior (encerrado em dezembro), permanecendo em 38 milhões. Para Adriana, "a estabilidade do emprego com carteira no setor privado, em um trimestre de redução da ocupação como um todo, é uma sinalização importante de manutenção de ganhos na formalização da população ocupada".

Também nesta terça-feira, o Ministério do Trabalho e Emprego divulgou números do Caged sobre empregos formais. **Página 3**

Lei neoliberal segue para Senado da Argentina

A Câmara dos Deputados da Argentina aprovou na manhã desta terça-feira, após quase 21 horas de debate, a Lei de Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos, mais conhecida como Lei Omnibus pela variedade de questões que aborda. Também foi aprovado o texto geral da reforma fiscal.

O projeto de lei apresentado pelo presidente Javier Milei em janeiro, com mais de 660 artigos, foi retirado pelo próprio Executivo por faltar o respaldo para aprovação item a item.

A nova versão é composta por 232 artigos, e entre as mudanças mais importantes em relação à versão anterior está a retirada do Banco de La Nación da lista de empresas públicas que podem ser privatizadas, além do corte do capítulo de defesa da concorrência.

O texto segue parao Senado. A votação foi de 142 votos a favor, 106 contra e cinco abstenções. O texto da reforma fiscal foi aprovado no geral, mas agora deve ser apreciado ponto a ponto e depois também remetido aos senadores.

A proposta ganhou o apoio de legisladores do partido oficial A Liberdade Avança, bem como de aliados como a Proposta Republicana (centro-direita) e dos chamados blocos de "diálogo" como a União Cívica Radical (UCR, social-democratas), Fazemos a Coalizão Federal (centro) e a Inovação Federal (partidos provinciais).

O debate contou com a participação de cerca de 150 deputados e foi marcado pelas fortes divergências entre legisladores governistas e da oposição, que rejeitam as reformas promovidas pelo Executivo.

O Partido Justicialista (peronista), sob o nome de União pela Pátria (UxP), que governou entre 2019 e 2023, frentes de esquerda e parte da UCR se manifestaram contra a proposta.

O debate legislativo foi transmitido ao vivo pelos principais canais de televisão da Argentina, enquanto organizações sociais e sindicatos se mobilizaram até a sede do Congresso, no centro de Buenos Aires, para manifestar seu repúdio à iniciativa.

Está prevista para o próximo dia 9 uma greve geral convocada pela Confederação Geral do Trabalho, em repúdio às políticas governamentais.

O projeto contém um anexo com empresas estatais sujeitas a concessão ou privatização.

Lucro da Amazon mais que triplica no 1º trimestre

A Amazon.com Inc. anunciou nesta terça-feira seus resultados financeiros, que vieram melhores que o esperado, para o primeiro trimestre deste ano encerrado em 31 de março, com vendas líquidas de US$ 143,3 bilhões, um aumento anual de 13%. no ano.

O lucro líquido da varejista online norte-americana no trimestre foi de US$ 10,4 bilhões, ou US$ 0,98 por ação diluída, em comparação com US$ 3,2 bilhões, ou US$ 0,31 por ação diluída, no primeiro trimestre de 2023.

O lucro operacional da empresa aumentou para US$ 15,3 bilhões no primeiro trimestre de 2024, em comparação com US$ 4,8 bilhões no ano anterior.

Barril de petróleo fecha mês US$ 5 abaixo do pico

Os preços do petróleo voltaram a cair nesta terça-feira. O contrato do West Texas Intermediate (WTI) para entrega em junho caiu US$ 0,70 (0,85%), para fechar em US$ 81,93 por barril na Bolsa Mercantil de Nova York.

É uma queda de US$ 5 em relação ao maior valor registrado em abril, dia 5, quando o barril fechou a US$ 86,91.

O petróleo Brent para entrega em junho perdeu US$ 0,54 (0,61%), para fechar em US$ 87,86 por barril na London ICE Futures Exchange. O pico do contrato futuro do Brent no mês também foi registrado em 5 de abril, quando fechou a US$ 91,17.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1887
Dólar Turismo	R$ 5,3920
Euro	R$ 5,5361
Iuan	R$ 0,7174
Ouro (gr)	R$ 381,63

ÍNDICES

IGP-M	0,31% (abril)
	-0,47% (março)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Multipolaridade: educação para governança soberana e democrática

Por Pedro Augusto Pinho

A realidade do mundo ocidental, europeu, tem sido sempre, no que se refere à concepção do poder, do domínio absoluto, da unipolaridade ideológica e cognitiva. A ideia de um Deus, dominando os homens, foi o mais significativo pensamento destruidor da cidadania, aquela que se formou, principalmente desde a República Romana (509 a.C.), com os Editos e se consolidou no "Corpus Iuris Civilis".

Foi a primeira manifestação dos homens sobre seu próprio comportamento, individual e social. Havia no direito romano o forte caráter individualista, restrito pelo conteúdo formal, positivo, agnóstico e universal da lei e do processo.

Esta institucionalização do direito permitiu que a cidadania romana fosse adotada além dos povos às margens do rio Tibre para abranger todo o Império, sobrevivesse à queda de Roma e avançasse pela Idade Média, como contraponto aos ditames da Igreja Cristã.

No entanto, o baixíssimo nível de conhecimento sobre a organização social e de educação formal, dominante na história europeia até o século das luzes, conduziu à passividade, à atitude acrítica, perante a lei, seja humana, fosse divina.

Esta compreensão nos leva a iniciar a questão da multipolaridade pela educação. Aquele conhecimento crítico, no dizer de Paulo Freire (1921-1997), que "penetra até a realidade mais íntima do tema".

"O fato de conhecer implica uma situação dialética. É o que nós pensamos que faz ser possível, para mim, o pensar. Nessa situação gnosiológica, o objeto cognoscível não é o termo do saber, que os sujeitos cognoscentes possuem, mas é a sua mediação. Convoco-os, meus amigos, a tomarem comigo um papel ativo na reflexão e a não serem somente recebedores passivos da minha análise" (Paulo Freire, artigo publicado, em outubro de 1970, na *Lutherische Monatshefte*, tradução livre).

As pessoas estudam, leem, têm sede de saber, fome de conhecimentos não para serem intelectualmente gordas (lembrar Jean-Paul Sartre e seu conceito "nutricional do saber"), mas para participarem, intencional e conscientemente, da transformação libertadora do ser humano. No caso oposto, a educação é um processo de domesticação, de memorização para somente repetir, jamais refletir, do que Paulo Freire denominou "invasão cultural".

Consequentemente, não há educação neutra, ela ou escraviza ou liberta. Porém, a educação se dá na realidade concreta de quando, onde e como se encontra o educando. Foi Confúcio, em "Os Analectos" quem afirmou: "Jamais sou incondicional sobre o que é possível ou impossível se fazer" (XVIII, 8), não há critérios absolutos, "o Justo muda com o tempo e as circunstâncias" (VIII, 13).

Educar para multipolaridade

A realidade das nações é diversa sob todos os aspectos. Não é possível estabelecer critério único que se aplique à pequena Bélgica (30.519 km²), pobre em recursos naturais, densamente povoada (342 hab/km²) e ao Níger, 40 vezes mais extenso, rico em recursos naturais e de escassa densidade populacional (13 hab/km²).

Como é óbvio, a construção civilizacional destes dois países levou em consideração suas condições naturais, geográficas, étnicas na formação da cultura nacional.

E a unipolaridade só se sustenta pela exploração da minoria sobre a maioria, a unipolaridade exige a ignorância, a ausência de reflexão, o não compartilhamento do saber. E isso vem não apenas com a educação formal, majoritariamente privatizada, como, e principalmente, pelos veículos de comunicação, cujos sistemas e agentes fraudam as realidades a ponto de os ouvintes, leitores, telespectadores não se reconhecerem nos personagens exemplos.

Situação que se acentuou muito com o advento dos aparelhos celulares, transmissores de redes de convivência, todas de um mesmo sistema de poder, o neoliberal financeiro.

Porém não somos os felizes ignorantes, como jamais fomos os "bons selvagens". Aflige-nos permanente angústia que se nos dá conta pelo avassalador crescimento do uso de drogas e psicotrópicos, pela naturalização das consultas a psicólogos, psiquiatras e pelo uso de "medicamentos" com receita médica. Já se aventa a substituição dos traficantes pelos receituários e "remédios" sem tarja, sem restrições de uso. É o ponto final da conquista dos cérebros, das consciências acríticas, do processo unipolar de educação.

Retomemos Confúcio, 2.500 anos da permanente reflexão sobre o homem e seu destino. "Guie o povo por meio de editos, mantenha-o na linha com punições, e o povo se manterá longe de problemas, mas não será capaz de sentir vergonha. Guie-o pela virtude, mantenha-o na linha com os ritos, e o povo, além de ser capaz de sentir vergonha, reformará a si mesmo" ("Os Analectos" II, 3).

A China, no governo de Mao Tse Tung, empreendeu a "Grande Revolução Cultural Proletária" que encontrou na crítica a Confúcio um modo de se unificar. Para os "legistas", como se denominaram os revolucionários de 1966 a 1976, era uma alusão ao período da História da China, ocorrido entre 478 a.C. e 221 a. C., os "Reinos Combatentes" quando prevaleceu a "lógica do discurso". Não mais a "Verdade", mas a norma, os critérios, os pontos de referência, a orientar o conhecimento e a ação, deveriam prevalecer.

Cultura, na Revolução, seria a forma de torná-la permanente. "O verdadeiro revolucionário é aquele que quer se unir e se une efetivamente às massas operárias e camponesas" (Mao Tse Tung). Aos olhos de Mao, os intelectuais eram pessoas pretenciosas e superficiais, somente realizando atividades operárias, no campo e na cidade, se redimiriam.

A "Revolução Cultural" paralisou a China, porém não permitiu que caísse na burocracia, como ocorreu na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que a levou, com a corrupção introduzida pelas finanças internacionais, ao fim em 1991. Ponto para Confúcio contra os critérios absolutos.

E mais, a China colocou essa e outras experiências na formação de sua própria governança, reconhecendo a verdade do pensador conservador espanhol José Ortega y Gasset (1883-1955) para quem se deve buscar no estrangeiro exemplos, nunca modelos (*Misión de la Universidad*, 1930).

"Os Analectos" (XIII,18): "O governador de She disse a Confúcio: 'Em nossa aldeia há um homem que é chamado 'retidão'. Quando o pai dele roubou uma ovelha, ele o denunciou'. Confúcio respondeu: 'Em nossa aldeia, aqueles que são corretos são muito diferentes. Os pais protegem os filhos e os filhos protegem os pais. Retidão é algo encontrado nesse comportamento'." A pessoa e as relações humanas precedem qualquer lei.

Como chegar à multipolaridade

O processo de aparvalhamento, desinformação dos brasileiros, começa com o golpe das finanças na sucessão do presidente Ernesto Geisel, quando se trocou o Tenentismo dos anos 1920 pela contrarrevolução de 1932. Até os personagens seriam os mesmos: o tenentista Geisel, revolucionário de 1930, é substituído pelo filho de Euclides Figueiredo, comandante militar da oposição "paulista", o general João Batista de Oliveira Figueiredo.

Estudar, em Confúcio, é "fonte de grande prazer, a maior alegria". O que, no entanto, consiste o estudar? Há o sentido prático, como se lê em toda obra deste sábio do século 5 a.C., anterior ao marco referencial do pensamento ocidental, Sócrates, de um século depois, que associa o estudo ao comportamento.

Porém deve-se entender o pensamento chinês. Ele não é linear nem dialético, como o ocidental. Ele se dá em espiral, não por definições categóricas, mas percorrendo todas as ilações, referências, situações que lhe conferem maior profundidade e precisão.

"Aprofundar", escreve a sinóloga parisiense, professora no Collège de Franc, Anne Cheng (*Histoire de la pensée chinoise*, 1997), "significa descer cada vez mais fundo dentro de si, em sua existência, o sentido de uma lição, de um ensinamento, de uma experiência, continuamente".

Paulo Freire, pedagogo brasileiro já aqui referido, repetia, contemporaneamente, este aprofundamento com a necessidade do diálogo, com os comentários, a troca de conhecimentos e das compreensões entre mestres e discípulos, "ultrapassando a prática educativa domesticadora" (artigo citado).

A missão educadora é construtora da cidadania. Daí não pode ser atribuída a quem se realiza com o resultado financeiro da atividade. É obrigação do Estado, de toda nação.

A educação no Brasil começou com a Revolução de 1930, colocando em execução os ideais do baiano Anísio Teixeira (1900-1971), e acabou com o desgoverno de Fernando Henrique Cardoso (1955-2002), quando se abandonou o modelo universal de tempo integral e, conforme o grande Darcy Ribeiro: "Chegamos à situação calamitosa da educação primária que produz mais analfabetos que alfabetizados; da escola média que a ninguém prepara para prosseguir os estudos ou para o trabalho especializado; e da escola superior, igualmente ruim, onde o professor faz de conta que ensina, e o aluno faz de conta que aprende" (D.R., Prólogo de *O Novo Livro dos Cieps*, Senado Federal, Brasília, 1995).

E prossegue Darcy Ribeiro: "Sempre que um governo elitista abocanha o poder encontra falsos educadores prontos para reimplantar a escola pública que não alfabetiza e não educa as crianças pobres."

Na verdade, todos governos neoliberais procuram tornar inúteis as escolas públicas, transformando-as em fábricas de robôs acríticos que apenas executam ações para as quais foram programados, adestrados. E nada mais eficaz do que parcerias público-privadas, com escolas confessionais mantidas por investidores neopentecostais ou de denominações irmãs. O Estado gasta muito e mal para manter o lucro privado, como preconiza o neoliberalismo financeiro.

Para que possamos verdadeiramente participar do mundo multipolarizado é necessário ter o Estado Nacional atuante, garantindo a construção da cidadania, onde surgem indispensáveis a educação, a saúde, a habitação e a mobilidade urbana.

Todas estas obrigações do Estado só podem ser adequadamente executadas se o próprio Estado, como fiador da cultura nacional, assumir a responsabilidade da ação, desde o planejamento até a avaliação dos resultados.

Falharam todas experiências educacionais que restringiram ou de algum modo limitaram toda extensão e manifestação do saber, adequado ao ambiente físico e social, ou seja, que estivesse fora da realidade para onde se dirigia a aplicação do conhecimento.

E, como enfatizou Paulo Freire, na linha do pensamento de Confúcio, inexistisse a interação do conhecimento entre educadores e educandos e entre o conhecimento e a sociedade.

O que mais ressalta na educação unipolar é a farsa, a fraude. Daí o aumento da corrupção na sociedade, inclusive de simular conhecimentos que o indivíduo não possui. As interações não se dão apenas no aspecto positivo, mas frutificam igualmente nas identidades farsantes, corruptoras, onde vigore a organização neoliberal financeira.

O respeito às diferenças, que é próprio do mundo multipolar, exige coerência dos participantes. Esta coerência tem início no conhecimento e respeito aos próprios fundamentos das sociedades, e na organização que os retrate. E a formação dos cidadãos é base desta Nação.

O recente evento da resposta iraniana ao ataque do Estado de Israel e as repercussões e análises demonstram a necessidade de nos prepararmos para o ataque múltiplo dos EUA ao Brasil.

Ficou evidente que a fragilidade israelense é também a fragilidade estadunidense. Assim, escorraçado da Ásia Menor, os EUA só terão a América do Sul, onde já conquistaram a Argentina, e, talvez, a Índia para se suprirem. Porém, desinformado pela falta da educação para cidadania, qual brasileiro saberá agir pela Pátria? Ousar repudiar a unipolaridade? Ser o que se espera de todos: nacionalista.

Pedro Augusto Pinho é administrador aposentado.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Alemanha no banco dos réus do Tribunal Internacional

Nesta terça-feira, o Tribunal Internacional de Justiça (CIJ, Corte Internacional de Justiça) dará sua decisão sobre o pedido feito pela Nicarágua contra a Alemanha por conta do genocídio em Gaza. A acusação é que os alemães violam obrigações decorrentes da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, as Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais.

A Nicarágua pede imediata suspensão da ajuda militar e exportação de armas para Israel; garantia de que o equipamento militar já entregue pela Alemanha aos israelenses não será usado de forma a desrespeitar as convenções citadas; e a volta do financiamento alemão à UNRWA (agência da ONU para os palestinos).

No ano passado, o fornecimento de armas da Alemanha a Israel passou de € 326 milhões, o que equivale a mais de um quarto das importações militares israelenses.

A ofensiva nicaraguense no Tribunal Internacional tenta levantar uma alternativa para que as decisões da própria CIJ e do Conselho de Segurança da ONU, determinando o fim do genocídio em Gaza, tenham consequências. Israel ignorou sem pudor as determinações.

1º de Maio unificado

Pelo sexto ano consecutivo, as centrais sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB Intersindical Central da Classe Trabalhadora e Pública fazem o ato político Nacional do Dia do Trabalhador de forma unificada. Neste ano, o 1º de Maio será no Estacionamento Oeste da Neo Química Arena, Estádio do Corinthians, a partir das 10h.

Reforça contra golpe bancário

O Itaú Unibanco segue passos de outras instituições e anuncia a implementação da Protect Call, uma solução projetada para interromper chamadas de falsas centrais de atendimento. Essa tecnologia detecta tentativas de golpe durante uma ligação e exibe um aviso na tela do celular do usuário, com o logotipo e as cores do Itaú, interrompendo a chamada imediatamente.

A taxa de detecção de crimes do Itaú está, atualmente, em 80%; ou seja, 20% de golpes não são detectados. Por enquanto, quem tem celular da Apple fica fora da proteção. O banco promete lançar solução compatível em breve.

Para ativar Android, é preciso ter instalado no celular algum app da Comunidade DialMyApp, como as operadoras Claro, Tim, Oi ou Algar, acessá-lo e conceder as permissões requeridas pelo app.

Petróleo segue em baixa

Os preços do petróleo voltaram a cair nesta segunda-feira. O contrato do WTI diminuiu 1,45%, para fechar em US$ 82,63 por barril na Bolsa Mercantil de Nova York. O tipo Brent para entrega em junho caiu 1,23%, para US$ 88,40 na London ICE Futures Exchange.

O dólar também deu uma aliviada no Brasil nos últimos dias. Mas os importadores e a mídia, que clamam por aumentos dos preços dos combustíveis no Brasil se calam sobre esses 2 fatores.

Rápidas

O ex-ministro e ex-secretário-geral da Unctad Rubens Ricupero lançará em junho livro de memórias *** O cantor, compositor e intérprete Paulo Luiz apresenta o projeto *Ecos do São Carlos – Apresentação Musical de Paulo Luiz*, comemorando o Dia do Trabalhador, com entrada gratuita, na quadra da Escola de Samba da Estácio de Sá, a partir das 15h.

Mais de 244 mil empregos formais em março

Agro: único grande grupamento negativo, com 6.457 postos a menos

O Brasil fechou o mês de março com saldo positivo de 244.315 empregos com carteira assinada. No acumulado do ano (entre janeiro e março de 2024), o saldo foi positivo em 719.033 empregos, o que representa um aumento de 34% em relação aos três primeiros meses do ano passado. O balanço é do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado hoje pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, este foi o melhor resultado do Caged para o mês de março desde 2020. "Ou seja, é um momento importante, então eu creio que neste Primeiro de Maio nós temos motivos para fixar a luta da classe trabalhadora por melhores condições" disse Marinho à Agência Brasil. O estoque de empregos formais no país, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, chegou a 46.236.308 em março deste ano, o que representa alta de 0,53% em relação ao mês anterior.

Setor de serviços

O maior crescimento do emprego formal no mês passado ocorreu no setor de serviços, com a criação de 148.722 postos. No comércio, foram criados 37.493 postos; na indústria, 35.886, concentrados na indústria da transformação; e na construção 28.666. O único grande grupamento com saldo negativo foi a agropecuária, com 6.457 postos a menos, em razão das sazonalidades do setor.

O salário médio de admissão foi R$ 2.081,50. Comparado ao mês anterior, houve decréscimo real de R$ 5,25, uma variação negativa de 0,25%. A maioria das vagas criadas no mês de março foram preenchidas por mulheres (124.483). Homens ocuparam 119.832 novos postos. A faixa etária com maior saldo foi a de 18 a 24 anos, com 138.901 postos.

Todas as regiões do país tiveram saldo positivo na geração de emprego no mês passado, sendo que houve aumento de trabalho formal em 25 das 27 unidades da federação. Alagoas e Sergipe registraram mais desligamentos que admissões, com saldo negativo de 9.589 postos (-2,2%) e 1.875 postos (-0,6%), respectivamente.

Em termos relativos, os estados com maior variação na criação de empregos em relação ao estoque do mês anterior são Acre, com a abertura de 1.183 postos, aumento de 1,13%; Goiás, que criou 15.742 vagas (1,02%); e Piauí, com saldo positivo de 3.015 postos (0,86%).

Em termos absolutos, as unidades da federação com maior saldo no mês passado foram São Paulo, com 76.941 postos (0,6%); Minas Gerais, com 40.796 vagas criadas (0,9%); e Rio de Janeiro, com a geração de 22.466 postos (0,7%).

Levantamento feito pelo Sebrae com dados do Caged aponta que as micro e pequenas empresas realizaram 177,1 mil novas contrações somente em fevereiro, do total de 306 mil postos registrados no mês. Isso representa aproximadamente 58% das vagas de empregos criadas no Brasil durante o período.

Ainda de acordo com o estudo, o resultado alcançado pelas MPEs em fevereiro foi 21% maior se comparado ao de 2023. E de acordo com dados da Associação Brasileira de Franchising (ABF), tendo em vista a expansão do volume de unidades e de redes, o setor de franquias segue empregando diretamente mais pessoas. De acordo com o balanço do franchising em 2023, o número de trabalhadores diretos subiu de 1.589.276 para 1.701.726, apontando um crescimento de 7,1% em relação ao ano anterior. O levantamento também aponta que cada unidade de franquia gera, em média, nove empregos diretos.

Mais de 60% dos trabalhadores têm problemas financeiros

"A saúde financeira dos funcionários influencia diretamente na produtividade e no clima organizacional das empresas. Mais da metade dos trabalhadores brasileiros (63%) enfrentam problemas financeiros." É o que revela a pesquisa "Saúde & Gestão", realizada pela fintech Onze: dos 770 entrevistados, 30% relataram problemas de saúde mental/emocional e outros 20% problemas de saúde física.

Quando questionados sobre sua produtividade no trabalho, 20% dos colaboradores avaliam que sua produtividade está afetada ou pode melhorar e 13% percebem que sua produtividade está afetada pelos problemas que estão passando no momento. Os problemas que mais interferem na produtividade dos profissionais são os problemas financeiros (64%), problemas de saúde mental e emocional (57%) e problemas de saúde física (33%).

O estudo também perguntou quais são os principais problemas financeiros dos trabalhadores. 52% responderam que são dívidas do cartão de crédito, 45% disseram que a renda não cobre seus gastos mensais e 25% afirmaram que a renda cobre os gastos mensais, mas estão se organizando.

Ao serem questionados se já precisaram se afastar do trabalho por conta dos problemas que estão enfrentando, 20% dos colaboradores responderam que sim, e entre os entrevistados que precisaram de afastamento, a ocorrência de problemas financeiros também está em primeiro lugar, apontada por 55% dos funcionários – à frente de saúde física e saúde mental (ambas com 45%).

A pesquisa traz a visão de 293 RHs pelo Brasil para entender quais são as maiores preocupações na gestão dos colaboradores. 65% indicaram que a maior aflição é o turnover (taxa de rotatividade de colaboradores de uma empresa). Em segundo lugar aparece o clima organizacional das empresas, apontado por 52% dos RHs, enquanto o Absenteísmo vem em terceiro lugar, com 37% das menções.

O levantamento questionou os RHs sobre quais problemas pessoais eles já mapearam entre os seus colaboradores, 65% responderam que identificaram problemas de saúde mental/emocional, 57% relataram problemas de relacionamento com lideranças no trabalho e 41% identificaram problemas financeiros. Os custos de demissão continuam sendo os mais desafiadores segundo 39% dos RHs, seguidos pelos custos de contratação (35%), custos de treinamento (33%) e custos com plano de saúde (30%).

Há uma diferença entre a percepção dos colaboradores e do RH: entre as ações promovidas pelos RHs para cuidar dos seus colaboradores, 59% apostam na realização de palestras e ações específicas sobre saúde, 56% apostam em comunicações de conscientização e 49% na implementação de um plano de saúde tradicional.

REGISTRO GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

MÁRIO BARILA - O fotógrafo e ambientalista, Mário Barila, lança um ensaio fotográfico que retrata a arte e vida integrada com a beleza do Rio de Janeiro, para financiar as causas socioambientais do Projeto Água Vida na região. Produzido durante a sua breve passagem na capital fluminense, o novo acervo de Barila traz fotos que fazem reverência às belezas do Rio de Janeiro através do balé. Barila retrata as paisagens deslumbrantes da Praia Vermelha e do Pão de Açúcar, servindo de cenário e inspiração para a bailarina Laís Bueno, professora da tradicional escola Ballet Sandra Castro de Copacabana. As novas fotos complementam a coleção de fotos do Rio de Janeiro do Projeto Água Vida, que inclui retratos das principais atrações da cidade, como o Corcovado, o Cristo Redentor, Jardim Botânico e praias badaladas com futebol de areia, voos de parapente, surfistas e até uma bailarina que dança em meio ao público que contempla o mar ao entardecer. Contribuições para as ações de Mário Barila no blog: no https://mariobarila.com.br/ ou Instagram/@barila.

JOANA SIQUEIRA - A pesquisadora carioca, Joana Siqueira lança seu primeiro livro "O abrir do ventre em um mundo prisão - relatos da maternidade na pandemia", escrito durante o confinamento da Covid-19. A obra lançada pela editora Kotter é um diário de uma mãe de primeira viagem, que descortina as entranhas humanas no ano da peste. O lançamento acontece no dia 11 de maio (sábado), das 10h30 até às 13h, em piquenique literário, no Bistrô do Museu da República (R. do Catete, 153, Catete), com a sessão de autógrafos e oficina artística para crianças de todas as idades. A entrada é gratuita. No domingo, dia 19 de maio, das 10h30 às 13h, acontecerá uma roda de conversa com sessão de autógrafos, leitura de trechos e oficina artística para crianças de todas as idades, na Casa Colo, Rua Visconde de Caravelas, 109, Humaitá. Mesa: Joana Siqueira, Dida Schneider, Fernanda Senna e Lian Tai. Também no dia 19 de maio, às 16h, Joana Siqueira participa de bate-papo, leitura e autógrafos no Café Literário da 16ª FLIST - Festa Literária de Santa Teresa, que este ano acontece no Museu Histórico da Cidade – na Est. Santa Marinha, s/nº – Gávea.

ANDRÉIA AMTHOR - A agente literária Andréia Oliveira Amthor, fundadora do Fórum Literário Internacional (i-Lit), vai realizar nos dias 4 e 5 de maio, o 2º Salão Literário Infantojuvenil Brasil-Alemanha, na cidade de Offenbach, na Alemanha. O evento conta com o apoio do Consulado-Geral do Brasil em Frankfurt, do Instituto Guimarães Rosa, da prefeitura local e outras organizações alemãs. Além de promover a literatura brasileira na Alemanha, ela tem projetos de apoio a bibliotecas no Rio de Janeiro. É também fundadora e diretora executiva no Instituto Pedagógico Social, F.I.Z. e.V. O 2º Salão Literário Infantojuvenil Brasil-Alemanha vai realizar atividades interativas gratuitas para jovens leitores alemães e para a comunidade brasileira local, e também irá reforçar a riqueza e a diversidade na literatura, atraindo participantes de diversas nacionalidades.

EMPREGO - O portal Vagas.com disponibilizou em seu site 1.378 vagas no modelo híbrido - sendo alguns dias na empresa e outros em home office - e também oportunidades de emprego em modalidade 100% remota. Para quem deseja atuar de forma totalmente flexível, com a possibilidade de trabalhar de onde quiser, como é o caso do modelo remoto, pode se inscrever em uma das 118 oportunidades de trabalho para atuar em empresas como Grupo Fleury, TOTVS e Ânima. Já para quem prefere uma rotina um pouco menos flexível, mas com interação presencial, há cerca de 1.260 vagas no modelo híbrido, em empresas como Shopee, Adecco e Hapag-Lloyd. As oportunidades estão disponíveis em diversas cidades por todo Brasil, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

TOTVS – A empresa está com 107 vagas abertas para as áreas de Gerente de Consultoria em Marketing Digital, Pessoa Desenvolvedora de Software, Analista Administrativo, entre outras. A TOTVS contrata 107 profissionais para atuarem em diversas áreas. As oportunidades são para o modelo híbrido e 100% home-office. A empresa oferece contratação em regime CLT. Os interessados devem ter conhecimento e experiência na área em que desejarem atuar. Entre os benefícios oferecidos pela empresa estão: assistências médica e odontológica, seguro de vida, auxílio academia, vale-refeição e alimentação, participação nos lucros, vale-transporte e horário flexível.

Excepcionalmente, devido ao feriado do Dia do Trabalhador, o Registro Geral está sendo publicado na edição impressa desta quarta-feira. Na próxima semana, volta a ser publicado na edição impressa das quintas-feiras.

Vendas no Dia das Mães devem superar R$ 13 bilhões

Estimativa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo aponta que o volume de vendas no comércio varejista voltado para o Dia das Mães deve atingir R$ 13,2 bilhões em 2024. O valor representa aumento de 3,5% em relação à movimentação financeira real observada no ano passado. Diante da magnitude e da variedade de segmentos impactados, essa data comemorativa é considerada o Natal do primeiro semestre pelo varejo brasileiro.

Conforme o presidente da CNC, José Roberto Tadros, o momento é positivo. "As duas pesquisas realizadas pela confederação que medem as perspectivas do comércio tanto do ponto de vista dos varejistas quanto dos consumidores apontam crescimento do setor", afirma.

Ele lembra que o indicador que mede a confiança dos varejistas em relação às condições atuais de suas empresas aumentou 6,4% em relação a março e a intenção de consumo teve a primeira alta em quatro meses, com avanço de 0,4%.

"O orçamento menos apertado das famílias deve favorecer as compras em praticamente todos os segmentos", ressalta.

São Paulo (R$ 3,9 bilhões), Minas Gerais (R$ 1,4 bilhão), Rio de Janeiro (R$ 1,1 bilhão) e Rio Grande do Sul (R$ 967 milhões) devem concentrar 57% das vendas. As 12 maiores unidades da Federação deverão registrar avanços nos volumes de vendas locais, sendo Espírito Santo e Bahia os maiores destaques relativos às altas esperadas – ambos com projeção de 6,3%.

A maior previsão de faturamento é do segmento de vestuário, calçados e acessórios: R$ 5,1 bilhões, um avanço de 2,1% na comparação com 2023. Em seguida, vem o ramo de farmácias, perfumarias e lojas de cosméticos, com previsão de R$ 2,6 bilhões.

Os estabelecimentos especializados na venda de móveis e eletrodomésticos devem responder por R$ 1,8 bilhão, enquanto os de utilidades domésticas e eletroeletrônicos, R$ 1,8 bilhão. A maior alta, no entanto, está prevista para o ramo de hiper e supermercados, que deve ter aumento de 6% nas vendas e chegar a aproximadamente R$ 1,2 bilhão.

A desaceleração da inflação observada ao longo dos últimos meses deve refletir na cesta de consumo típica da data, cuja tendência de alta é de 2,5%, em média, a menor variação desde 2020, quando o aumento foi de 1,2%.

Um dos destaques é a queda dos preços de itens usualmente mais caros, como smartphones, que tiveram queda de 8,4%; joias, com redução de 7,9%; e aparelhos de som, com diminuição de 5,1%. Por outro lado, aparelhos de ar condicionado aumentaram expressivos 22%, livros tiveram alta de 11,5% nos preços, e tênis ficaram 9% mais caros que no ano passado.

Conforme o economista da CNC responsável pelo estudo, Fabio Bentes, as condições de consumo do brasileiro favorecem um Dia das Mães mais gordo.

"A expectativa mais positiva para a data neste ano se dá por conta das melhores condições das taxas de juros e do mercado de trabalho, o que melhora o poder de compra tanto à vista como a prazo" explica Bentes.

O economista destaca que a taxa média de juros para pessoas físicas atingiu um pico de 59,87% ao ano em maio do ano passado e, depois disso, assumiu uma trajetória de queda, o que influencia diretamente o planejamento das famílias para este Dia das Mães. Em fevereiro deste ano, a taxa estava em 52,46% ao ano, o menor patamar desde junho de 2022, de acordo com o Banco Central. Completam o cenário a menor taxa de desocupação do mercado em 10 anos e a desaceleração da inflação, que fechou o primeiro trimestre em 1,4%, o menor percentual dos últimos quatro anos.

Com a expectativa real de aumento do volume de vendas, a contratação de trabalhadores temporários para atender à demanda deverá ser maior do que no ano passado (25,9 mil vagas em 2024 contra 23,7 mil vagas no ano passado). A expectativa é que o salário médio de admissão fique em torno de R$ 1.794, uma alta de 7,1% do valor médio pago na mesma data em 2023.

São Paulo (6,7 mil) e Minas Gerais (2,9 mil) devem ser os maiores demandantes por trabalhadores temporários. A expectativa da CNC é que 6,8 mil trabalhadores temporários sejam efetivados no varejo após o fim da segunda data comemorativa mais importante do varejo nacional.

Já a expectativa da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm) é de 5% de aumento nas vendas na comparação com o Dia das Mães de 2023, totalizando R$ 7,03 bilhões de faturamento entre os dias 22 de abril e 11 de maio. O número de pedidos deve chegar a 14,6 milhões. Já o gasto deve ser, em média, de R$ 481 por consumidor.

No ano anterior, o faturamento foi de R$ 6,7 bilhões e o número de pedidos chegou a 14 milhões. Ainda em 2023, o tíquete médio gasto pelo consumidor foi em torno de R$ 478, segundo a associação.

O aumento das vendas deve ser mais concentrado nas regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste do país, com destaque para São Paulo, onde a sede da empresa está localizada, além de grandes metrópoles, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. O crescimento deve chegar aos 5% em cada um dos estados.

Seis em cada 10 que buscam crédito querem investir no próprio negócio

Dos brasileiros que buscam crédito, 62% querem investir no próprio negócio. Os recursos se destinam ao reforço de caixa, estoque e insumos e a maioria (51%) busca valores entre R$ 1.001 e R$ 5 mil. Os dados constam da edição de março do Mapa Serasa Crédito, levantamento com 1.451 consumidores que fizeram simulações na plataforma. A pesquisa também aponta um aumento de 8% na busca por empréstimos na comparação com fevereiro.

No mês, a modalidade de crédito mais buscada na plataforma foi o empréstimo com antecipação do FGTS, citada por 36% dos respondentes. Em seguida, aparecem empatados o cartão de crédito e o empréstimo pessoal, com 24% das respostas. Entre os consumidores que cogitam antecipar o FGTS, 49% simulam valores inferiores a R$ 500.

Em relação ao perfil do consumidor, a maior parte dos brasileiros que procuraram algum tipo de crédito em março está na faixa etária de 26 a 35 anos (35%) e tem renda mensal entre R$ 1 mil e R$ 2.500 (39%). Destes, 60% são homens e 40%, mulheres.

Considerando apenas este mês de abril, 57% consumidores afirmam que devem buscar crédito extra. Dentro desse grupo, empréstimo pessoal (57%) e cartão de crédito (45%) são as modalidades mais procuradas. A maioria (51%) busca valores entre R$ 1.001 e R$ 5 mil.

Sobre os planos para esse recurso, 34% dos brasileiros apontam que pretendem fazer um investimento. Esses consumidores devem buscar crédito, principalmente, em seus bancos principais (27%) ou em uma financeira (23%).

De acordo com o Índice Omie de Desempenho Econômico das PMEs (Iode-PMEs), após a expansão de 4,7% em março, o setor fechou o trimestre com alta de 11,5% no faturamento.

O Iode-PMEs funciona como um termômetro econômico das empresas com faturamento de até R$ 50 milhões anuais, consistindo no monitoramento de 678 atividades econômicas que compõem quatro grandes setores: comércio, indústria, infraestrutura e serviços.

Segundo Felipe Beraldi, economista e gerente de Indicadores e Estudos Econômicos da Omie, além da resiliência no mercado de trabalho, começaram a aparecer, mesmo que discretamente, os efeitos da queda da Selic, refletindo nas concessões de crédito às pessoas físicas.

"De fato, as projeções do mercado para o desempenho do PIB brasileiro voltaram a subir nas últimas semanas, após a divulgação de diversos indicadores de alta frequência. Segundo o relatório Focus do Banco Central, espera-se crescimento de 1,9% da economia brasileira em 2024 – projeção anterior era de 1,5%", diz.

A análise dos dados setorizados do Iode-PMEs revela que a evolução do mercado foi disseminada entre os grandes setores da economia no início do ano.

Mantendo a tendência apontada no trimestre anterior pelo índice, as PMEs da Indústria seguiram com avanço de 15,6%, em comparação ao primeiro trimestre de 2023. O resultado reflete o próprio crescimento da demanda doméstica e a normalização das cadeias globais de produção – que tem resultado em expressiva queda de custos, sobretudo para indústrias de menor porte.

Dos 23 subsetores da indústria de transformação acompanhados pelo índice, 19 mostraram evolução entre janeiro e março deste ano. Destaque para metalurgia, preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados e fabricação de móveis.

Serviços também têm tendência positiva no mercado de PMEs no primeiro trimestre de 2024, com crescimento de 8%. "O avanço da renda e a redução das pressões inflacionárias contribuem para a ampliação do poder de compra das famílias e das empresas, favorecendo os prestadores de serviços nos mais variados ramos de atividades do segmento", explica Beraldi.

BEMOBI MOBILE TECH S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 09.042.817/0001-05 - NIRE 33.3.003352-85

EDITAL DE CONVOCAÇÃO (Segunda Convocação)

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Tendo em vista não ter sido atingido o quórum de instalação previsto no Artigo 135 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor ("LSA"), na Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 26 de abril de 2024, às 14h, ficam convidados os Senhores acionistas da Bemobi Mobile Tech S.A. ("Companhia") a reunirem-se na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 07 de maio de 2024, às 16h00, exclusivamente no modo digital, por meio da plataforma eletrônica Zoom ("Plataforma Digital"), com *link* de acesso a ser encaminhado aos acionistas habilitados, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) alterar o art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir (a) o cancelamento de 3.905.400 (três milhões, novecentas e cinco mil e quatrocentas) ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, o qual passará a ser dividido em 87.003.692 (oitenta e sete milhões, três mil, seiscentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2023; e (b) consequentemente, a nova composição do capital social da Companhia; e (ii) consolidar o Estatuto Social da Companhia, com a realização da alteração do artigo 5º mencionado acima. Conforme o estabelecido no artigo 135 da LSA, a instalação da assembleia se dará, nesta segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. **Informações Gerais:** Os documentos e informações necessários para a participação e exercício do direito de voto na AGE encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, e na página de relações de investidores da Companhia (ri.bemobi.com.br), bem como na página da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos referidos no art. 135, §3º da LSA e na Resolução CVM 81, a Proposta da Administração, o Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração e os demais documentos relacionados às matérias constantes na ordem do dia da AGE.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024

Bemobi Mobile Tech S.A.

Lars Boilesen

Presidente do Conselho de Administração

CONCREJATO SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF n.º 29.994.423/0001-56 - NIRE 33300075348

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 25 DE ABRIL DE 2024: I - Data, hora e local: 25 de abril de 2024, às 14 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Nilo Peçanha, nº 50, sala 2009, Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **II - Mesa:** Sr. Eduardo Salgado Viegas, como Presidente, e Sr. João Carlos de Noronha Viegas, como Secretário. **III - Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76. Presente a totalidade dos acionistas. **IV - Natureza da Assembleia**: Ordinária. **V - Ordem do Dia:** (a) tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; e (b) destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2023. **VI - Deliberações:** Os acionistas presentes, por unanimidade, (a) aprovaram a lavratura da presente Ata em forma de sumário; (b) aprovaram as contas dos administradores, bem como as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (c) Foi deliberada a não distribuição de dividendos aos acionistas, a fim de que seja preservada a capacidade financeira da sociedade; (d) Em razão do prejuízo acumulado, o lucro apurado no período, no valor de R$2.568.673,02 (dois milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, seiscentos e setenta e três reais, e dois centavos) será destinado à compensação do referido prejuízo. **VII - Publicações:** Na forma do artigo 133, §5º, da Lei das S.A., o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo, a cópia das demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independente foram publicados hoje dia 25 de abril de 2024, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Monitor Mercantil. **VIII - Natureza da Assembleia:** Extraordinária. **IX - Ordem do Dia:** (a) homologação da renúncia do Sr. Rodrigo Louzada de Almeida Correa; e (b) eleição dos membros da Diretoria para um mandato de três anos, tendo este início no dia 25 de abril de 2024 e término no dia 25 de abril de 2027; **IX - Deliberações:** Os acionistas presentes, por unanimidade: (a) aprovaram a lavratura da presente Ata em forma de sumário; (b) Homologaram a renúncia ao cargo de Diretor apresentada no dia 31/03/2024 pelo Sr. **Rodrigo Louzada de Almeida Correa**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 2205008829-7, expedida pelo CONFEA, inscrito no CPF/MF sob o nº 625.067.140-49, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Nilo Peçanha, nº 50, Sala 2009, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20020- 906. Os acionistas agradecem a Rodrigo Louzada de Almeida Correa pelos serviços prestados enquanto ocupou o cargo de diretor da Companhia; (c) Foi reeleito para o cargo de Diretor Presidente o Sr. **Eduardo Salgado Viegas**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 020.511.800-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.693.347-32, com endereço comercial na Rua Verbo Divino, nº 2001, Torre A, sala 22, Chácara Santo Antônio, São Paulo, SP, CEP 04.719-002; foram reeleitos para os cargos de Diretores sem designação específica a Sra. **Maria Aparecida Soukef Nasser**, brasileira, casada, engenheira civil, portador da Carteira de Identidade nº 10213227-6 SSP/SP, CPF/MF nº 020.074.908-03, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na com endereço comercial na Rua Verbo Divino, nº 2001, Torre A, sala 22, Chácara Santo Antônio, São Paulo, SP, CEP 04.719-002; o Sr. **Alexandre Augusto Costa Cabral**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 90.744 expedida pela OAB/RJ, CPF/MF nº 011.358.767-89, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Nilo Peçanha, nº 50, sala 2009, Centro, CEP 20020-906; e o Sr. **Luis Afonso Migliani Bazzo**, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade nº. 27764802 expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 197.299.058-60, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na com endereço comercial na Rua Verbo Divino, nº 2001, Torre A, sala 22, Chácara Santo Antônio, São Paulo, SP, CEP 04.719-002. Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade, tomando posse de seu cargo mediante assinatura de termo lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia. O mandato dos referidos Diretores terá início no dia 25 de abril de 2024, e término no dia 25 de abril de 2027. A remuneração global mensal dos Diretores da Companhia será de até R$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), estando neste valor compreendida a dos diretores ora eleitos. **X - Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que lida e aprovada por todos os acionistas presentes é por estes assinada. **XI - Presenças:** Presentes os acionistas M2JE Participações S.A.; Marcelo Silva Neto; Fernando Jardim Mentone; Ariovaldo dos Santos; Antonio Cosme Iazzetti D'Elia; Ioannis Saliveros Neto; e José Alcure Neto; presente o representante dos auditores independentes Alberto A. de F. S. Maia - Contador-CRC- RJ nº 082.246/O-0, da Opinião Auditores Independentes (CRC/SP no 021.490/O - T - RJ). A presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio, ficando autorizada a sua publicação. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024. Eduardo Salgado Viegas - Presidente; João Carlos de Noronha Viegas Secretário. Jucerja nº 6208754 em 29/04/2024..

COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS

AVISO

A COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS, torna público aos interessados que realizará Licitação Presencial, conforme segue abaixo:

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Nº 002/2024.
TIPO: Maior oferta mensal.
OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para a RIOTRILHOS, nas condições e especificações previstas neste Edital e seus Anexos, para o aproveitamento comercial, mediante Permissão de Uso, oneroso e com encargos, em caráter precário, pelo prazo de 5 (cinco) anos, da Área Remanescente 734/737, localizada à Avenida Pastor Martin Luther King Júnior (Antiga Automóvel Clube), lado par, esquina com a Avenida Monsenhor Félix, em frente à Estação de Irajá do Metrô, nesta Cidade, composta por 37 (trinta e sete) imóveis.
DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO: 28/05/2024 às 10h00.
PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO: Até 05 (cinco) dias úteis antes do certame.
PROCESSO Nº SEI-100002/000038/2024.

O instrumento convocatório e seus anexos se encontram disponíveis no endereço eletrônico www.riotrilhos.rj.gov.br, podendo alternativamente o interessado se dirigir à Av. Nossa Senhora de Copacabana nº 493, 6°andar sala da Presidência - Copacabana RJ, de 8h00 até 17h00, com dispositivo de gravação de dados (pen drive ou cd) para gravação do arquivo do Edital.

Partner Bank: posicionamento, foco e perspectiva dos meios de pagamento

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o Partner Bank com Valter Gomes, CEO do fintech.

O que faz o Partner Bank?

O Partner Bank é uma instituição de pagamento que tem como objetivo principal a simplificação de serviços financeiros de diversos ramos de atividades. Nós queremos automatizar processos de forma a que um cliente não perca mais tempo com operações manuais e com risco de retrabalho.

Partner Bank

Valter Gomes

Como o Partner Bank se posiciona no ultracompetitivo mercado de instituições de pagamento?

O Partner Bank faz parte do Group Ventures, grupo que foi criado pela Group Software, empresa que tem 27 anos de mercado e que opera sistemas de gestão para administração de bens no geral. Foi assim que nós percebemos que existia uma dor muito latente dos nossos clientes com processos manuais e complexos na geração de meios de pagamentos.

Diariamente, administradoras que administram desde um até 2 mil condomínios fazem pagamentos e recebimentos. Como diversas dessas atividades são manuais, complexas e geram muitos erros, nós vimos que aí existia uma oportunidade que os grandes bancos não conseguiam abraçar, pois eles atuam no varejo atendendo a todos da mesma maneira, independente de ser um profissional autônomo, uma padaria, uma indústria gigante ou uma empresa de serviços.

Qual o público alvo do Partner Bank?

Eu costumo falar para toda a equipe que nós somos especializados em administração de bens, mas que também podemos fazer melhor para outros nichos, mas não muitos, senão nós acabamos virando um "bancão" de varejo que trata a todos de forma padronizada, o que nos faria perder o propósito. A nossa estratégia é pegar nichos que possuam recorrência e que sejam bastante similares, como os formatos de assinatura e escolas.

Mas o que o Partner Bank está fazendo de diferente que não era feito antes?

Por exemplo, o administrador de bens gerava boletos por meio de arquivo. Ele tinha um ERP (Enterprise Resource Planning/ Sistema de Gestão Integrada) que gerava o arquivo no padrão CNAB (Centro Nacional de Automação Bancária) e fazia o seu upload no internet banking do banco. Para fazer a baixa do que foi pago, todos os dias esse administrador tinha que entrar no internet banking do seu banco para baixar um arquivo e processá-lo, manualmente, dentro do ERP. Como esse era um processo muito moroso, nós conectamos os ERPs diretamente aos bancos através de APIs.

O Partner atua como uma instituição de pagamentos intermediária que faz toda a parte de comunicação e de geração e de baixa dos boletos de forma automática dentro do ERP. Além desse processo ter ficado mais simples e eficiente, ele evita erros como o não processamento de um arquivo de baixa, o que impede que um condômino que já pagou um boleto seja cobrado por inadimplência.

Ninguém estava fazendo isso?

Já existia uma ou outra iniciativa, mas eu posso afirmar que 99% desse nicho não utilizava essa tecnologia, tanto que nós ganhamos mercado rapidamente.

Como o Partner Bank vê o futuro do boleto bancário?

Nós acreditamos que o Pix vai tomar um mercado considerável do boleto, mas não acreditamos na sua morte. Por exemplo, no próprio ramo de administração condominial, um cliente que paga em dia, vai querer pagar pelo Pix, mas para quem está passando por alguma dificuldade financeira, o boleto ainda é uma arma poderosa, pois é possível segurá-lo um pouco para pagá-lo depois. Se por um lado o Pix amarra o cliente, por outro a primeira conta que o brasileiro tende a não pagar quando tem algum problema financeiro é o condomínio.

Tecnicamente, o Pix pode substituir o boleto? Por exemplo, como um boleto é registrado e pode ser encaminhado para cartório, é possível colocar essas operações dentro de um Pix?

Eu tenho certeza que isso vai acontecer. O Banco Central está trabalhando nesse sentido. O Pix começou de uma forma muito simplificada, mas já temos o agendado e, daqui a pouco, vamos ter juros e correção, o Pix Automático e, provavelmente, vamos caminhar para o protesto. A parte de registro ainda está em discussão, pois ela ainda é feita pelo banco, e como tudo é feito de forma automática, ainda existe uma discussão se há necessidade de se ter uma registradora, vamos chamar assim, justamente por ser um título.

Para fazer frente ao Pix, o boleto, em alguns casos, já está tratando de pagar em DZero ou em D+1, quando na maioria dos bancos era D+2. Existe uma contrapartida que o boleto está fazendo para ganhar uma sobrevida ao mesmo tempo em que o Pix tem toda a capacidade de técnica para substituí-lo.

Como o Partner Bank está se preparando para todas essas mudanças?

Nós temos o boleto normal e o que chamamos de bolepix, que é um boleto que tem tanto o código de barras quanto um QR Code, o que dá a possibilidade do cliente experimentar as duas formas de pagamento. Como o QR Code não é protestável, nós mantemos o código de barras para, eventualmente, fazermos o protesto ou tomarmos ações que se façam necessárias nesse nicho.

Nós também estamos caminhando para termos um Pix Automático de forma a que possamos atender o público que quer automação, mas também vamos atender os clientes que têm a necessidade do boleto.

Existe também uma frente por cartões de crédito, mas eu não acredito que esse seja o futuro no médio prazo, já que o Pix tem a capacidade de ter as mesmas funções de um cartão de crédito, tanto que quando um cliente nos procura para pedir o pagamento através de cartão, nós sempre lhe pedimos para aguardar o Pix Automático para vermos como ele vai se comportar e avaliarmos se realmente será necessário fazermos isso. Isso porque como o cartão de crédito tem um float de 28 a 30 dias para recebimento, de repente, nós gastamos tempo com um produto que não vai ter tanta aderência.

Como o Partner Bank está vendo o futuro dos meios de pagamento?

Como disse, o boleto deve sofrer uma redução de volume, pois deve haver bastante migração para o Pix. Talvez tenhamos um Pix Crédito, pois hoje já temos o Pix Parcelado, que já está sendo oferecido pelos bancos independente de ainda não estar regulado pelo Banco Central.

Agora estão vindo as Transações Inteligentes, onde se consegue parametrizar as transações e elas já se executam por si só. Com elas, por exemplo, você vai poder parametrizar o pagamento mensal da conta de luz até um determinado valor. Com isso, o céu será o limite, pois você terá diversos tipos de parametrizações para tornar uma transação viável.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE 2024 DA COPROSUMO COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROPAGANDISTAS E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES

A Diretora Presidente da **COPROSUMO COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROPAGANDISTAS E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES,** CNPJ 24.189.101/0001-10, NIRE 33.40005473-3, Inscrição Estadual nº 87.099.873, com sede Rua Doutor Alfredo Backer 115/406, Bairro Mutondo, São Gonçalo, RJ, CEP 24452-001, convida a presença de todo o quadro societário composto de (23) vinte e três cooperantes para comparecer em sua sede no dia 13/05/2024 com primeira chamada as 17:00h, segunda chamada as 18:00h e terceira e última chamada as 19:00h, para participar da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2024 (1)** Alterações Estatutárias. São Gonçalo/RJ, 02 de maio de 2024.

Ana Lúcia Francisca Pereira de Souza – CPF 873.842.807-53 - Diretora Presidente.

QUEIROZ PETRO S.A.

CNPJ/MF nº 30.915.318/0001-63

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária para votar as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social do ano de 2023, deliberar sobre a Destinação do Resultado apurado no Exercício do ano de 2023 e reeleger a atual Diretoria da Companhia. A Queiroz Petro S.A., CNPJ nº 30.915.318/0001-63, sediada na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51 - 7º andar-parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, através de sua Diretoria, devidamente representada por seu Diretor-Presidente, Sr. Ernesto Escóssia Araújo Camarço, CONVOCA através do presente edital, todos os acionistas da Queiroz Petro S.A. para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada na sede da Queiroz Petro S.A., às 10 horas, do dia 30 de maio de 2024, observando o disposto no artigo 124, § 1º, I, bem como o artigo 289, ambos da Lei 6.404/76, com a seguinte ordem do dia: **1.** Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício do ano de 2022; **2.** Deliberar sobre a destinação do resultado apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **3.** Reeleger a Diretoria. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024. Ernesto Escóssia Araújo Camarço - Diretor-Presidente.

BC: não há risco relevante para a estabilidade financeira

Afirmação baseada em relatório do 2º semestre de 2023

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) permanece com capitalização e liquidez confortáveis e provisões adequadas ao nível de perdas esperadas. Além disso, os testes de estresse de capital e de liquidez demonstram a robustez do sistema bancário. A afirmação é do Banco Central do Brasil (BC) que divulgou nesta terça-feira o Relatório de Estabilidade Financeira (REF) referente ao segundo semestre de 2023. Em síntese, o BC considera que não há risco relevante para a estabilidade financeira.

O REF é uma publicação semestral destinada a apresentar o panorama da evolução recente e as perspectivas para a estabilidade financeira no Brasil. As informações têm foco nos principais riscos e na resiliência do SFN, bem como comunica a visão do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) sobre a política e as medidas para preservação da estabilidade financeira.

De acordo com o relatório, o crédito à economia real permaneceu desacelerando, mas o afrouxamento da política monetária e a melhora na percepção do risco começam a dar sinais positivos. Para as famílias, seguiu a desaceleração no ritmo de crescimento, mas na margem houve estabilidade para cartão de crédito e crédito não consignado, e aceleração na carteira de veículos. "A desaceleração suavizou-se no crédito às empresas de menor porte, e inverteu a tendência de queda no crédito bancário para grandes empresas. Para estas últimas, o mercado de capitais mantém-se como fonte relevante de financiamento", destacou a publicação.

O apetite ao risco das instituições financeiras, que vinha se reduzindo, sinaliza estabilidade. No entanto, o ambiente continua demandando atenção. Em relação às famílias, os critérios de contratação foram mantidos após período de melhora na qualidade. Concernente às empresas, não se percebeu alteração relevante nos critérios de contratação. Considerando os riscos relacionados à atividade econômica, ao comprometimento de renda e ao endividamento das famílias ainda elevados, e à pressão sobre a capacidade de pagamento das empresas de menor porte, o ambiente continua demandando preservação da qualidade das concessões.

Rentabilidade

Após dois semestres em declínio, a rentabilidade do sistema bancário apresentou tímida recuperação, com perspectiva positiva para 2024. O aumento das despesas com provisões foi uma causa importante para o recuo da rentabilidade nos semestres anteriores. Essas despesas ficaram estabilizadas no segundo semestre de 2023 e deverão estar menos pressionadas em 2024 em razão da melhor qualidade das concessões de crédito recentes. Além disso, a queda da taxa Selic reduz as despesas com captações, ameniza o risco e estimula a demanda por crédito e outros serviços bancários.

O REF também traz avaliações sobre o sistema financeiro internacional e sobre as infraestruturas do mercado financeiro, e apresenta o resultado da pesquisa de estabilidade financeira. Além disso, os seguintes temas foram selecionados para esta edição: (i) nova metodologia para cálculo do capital requerido para risco operacional, (ii) microdados de poupança, (iii) pesquisa de estabilidade financeira - riscos climáticos e (iv) mapeamento de riscos tecnológicos do SFN e do SPB: primeiros achados. O REF pode ser acessado pelo link: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL
Av. Erasmo Braga, 115 , Lam Central 707 Centro, Rio de Janeiro
Tel.: (21) 3133-3604 - E-mail: cap02vemp@tjrj.jus.br
EDITAL DE 1º, 2º E 3° LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO, COM PRAZO DE 10 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA MASSA INSOLVENTE DE: ALEXANDRE ALVES DIAS - PROCESSO Nº 0212409-89.2018.8.19.0001, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) **MARCELO MONDEGO DE CARVALHO LIMA** – Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados – **JACQUELINE DE SOUZA DIAS** - que será realizado o público Leilão, em conformidade com o disposto no art. 142, § 3º-A da Lei 11.101/2005 (com redação alterada pela L. 14.112/2020), pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, **NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE, nas seguintes datas: Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação**, que será encerrado no **dia 20/05/2024 às 11:00h**, e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o **Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação**, que será encerrado no **dia 22/05/2024 às 11:00h** e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o **Terceiro Leilão, pela melhor oferta** (qualquer preço: cf. art. 142, § 3º-A, III da Lei 11.101/2005, com redação da Lei n.14.112/2020), que será encerrado no **dia 24/05/2024 às 11:00h. O terceiro leilão será realizado EM CARÁTER CONDICIONAL** para apreciação e homologação do Juízo ou não. O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro www.alexandroleiloeiro.com.br, na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do §único do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência da primeira data. **DO BEM A SER LEILOADO**: **AUTO DE ARRECADAÇÃO Fls. 563 / AVALIADOS FLS. 579: (CONFORME AUTO DE ARRECADAÇÃO) 50% DO APARTAMENTO 201, NA RUA ERNESTO PUJOL, N° 127 – MARIA DA GRAÇA/RJ. IMÓVEL MATRICULADO NO 1º RGI SOB O Nº 85641 E NA PREFEITURA SOB O Nº 1268808-1 - CL: 70870.** (...) AVALIO INDIRETAMENTE a totalidade do imóvel acima descrito, em R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), **sendo 50% da Arrecadação, correspondente a R$ 100.000,00 (cem mil reais)** E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, (**ALEXANDRE ALVES DIAS e JACQUELINE DE SOUZA DIAS**) **intimado(s) da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRA-SE.** Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 09 de abril de 2024. Eu, digitei _, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo _. (ass.) **MARCELO MONDEGO DE CARVALHO LIMA** – Juiz de Direito.

BB lança programa para incentivar empresas lideradas por mulheres

O Banco do Brasil está lançando o Programa Primeira Exportação Edição Mulheres no Mundo, para incentivar o crescimento das micro e pequenas empresas (MPEs) lideradas por mulheres no mercado internacional. O Programa prioriza 5 mil empresas do segmento MPE com mulheres na liderança – sócias ou dirigentes - e alto potencial para exportação.

As medidas de incentivo a essas empresas contemplam um conjunto de iniciativas gratuitas, como capacitação e assessoria personalizada, durante o ano de 2024. "O Programa Primeira Exportação Mulheres no Mundo tem por objetivo reforçar o compromisso social do Banco no fomento ao empreendedorismo feminino e ao comércio exterior brasileiro, incrementar a maturidade internacional dessas clientes e ampliar a quantidade de novas empresas lideradas por mulheres exportando produtos brasileiros", informou a instituição.

Para participar, a empresa deve ser correntista do BB e ter mulheres na sua composição societária ou em sua diretoria. De acordo com um estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) de 2023, no Brasil, a parcela de empresas exportadoras e importadoras de propriedade majoritariamente feminina é muito menor do que a de homens. Apenas 14% e 13%, respectivamente, desses empreendimentos possuem preponderância feminina em seus quadros societários.

"Apoiar a inserção de empresas lideradas por mulheres no mercado internacional significa ampliar a produtividade e as possibilidades de geração de receitas, melhorar a qualidade dos produtos, diversificar riscos, e ainda aprimorar a gestão e governança dos negócios dessas empreendedoras", explica Francisco Lassalvia, vice-presidente de Negócios de Atacado do BB.

Conforme a diretora de Negócios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Ana Paula Repezza, a parceria entre a Agência e o Banco do Brasil é estratégica para que mais mulheres atuem no comércio exterior. "Em 2023, a ApexBrasil lançou o programa Mulheres e Negócios Internacionais com resultados expressivos. Em 2024, com a parceria com o Banco do Brasil, teremos maior capilaridade e expertise para sensibilizar e capacitar mais mulheres para ganhar o mercado internacional", ressaltou.

O Programa Primeira Exportação foi lançado no ano passado, pelo BB, em parceria com a ApexBrasil, para apoiar o crescimento das micro e pequenas empresas rumo ao mercado internacional. De lá para cá, o programa já capacitou 1300 micro e pequenas empresas e prestou assessoria que viabilizou exportações que já alcançaram 49 países.

TERMINAL GARAGEM MENEZES CÔRTES S.A.
CNPJ nº 02.664.042/0001-52 - NIRE nº 33.3.0026031-5

Ata das AGOE realizadas em 19/04/2024. 1 - Data, hora, local e ordem do dia: Aos 19/04/2024, às 11h, em sua sede, na Rua São José, 35/16º andar, Centro, CEP: 20.010-020, RJ/RJ, reuniram-se os acionistas titulares de ações representativas de 99,99% do capital social da sociedade denominada Terminal Garagem Menezes Côrtes S.A. ("Cia."), consoante se infere das assinaturas constantes da presente ata, para debate e votação da seguinte ordem do dia: (i) em AGO: (a) exame, discussão e votação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras completas, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (b) destinação dos resultados do exercício findo em 31/12/2023; (c) consignação da renúncia do Sr. Antônio Carneiro Alves ao cargo de integrante do Conselho de Administração da Cia.; (d) eleição de substituto para ocupar o cargo vago de conselheiro da Companhia; (e) instalação, eleição e fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Cia.; e (ii) em AGE: (f) fixação da remuneração anual e global para a administração da Cia. 2 - Composição da mesa, instalação da assembleia e deliberações: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Marcello Romualdo da Silva Pereira, Presidente do Conselho de Administração da Cia., que convidou a mim, Marcelo Siqueira de Carvalho, para secretariá-lo, ficando assim constituída a mesa. Compareceram, ainda, os administradores da Cia. e o representante legal da sociedade denominada BKR - Lopes, Machado Auditores, que auditou, de forma independente, as demonstrações financeiras da Cia. referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023. Em seguida, o Sr. Presidente atestou a regularidade do conclave, na medida em que os correspondentes editais de convocação foram devidamente publicados nas versões certificada e impressa do jornal Monitor Mercantil, nas edições de 23/24/25, 26 e 27/03/2024, nas páginas 4, 5 e 24, respectivamente. Na sequência, à luz do *caput* do artigo 125 da Lei nº 6.404/76, o Sr. Presidente verificou o quórum legal e declarou instalada a assembleia, em virtude do comparecimento de acionistas titulares de ações representativas de 99,99% do capital social da Cia., sendo certo que, após os debates, foram tomadas as seguintes deliberações, todas por unanimidade: **(i)** Em AGO: (a) os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas ou reservas, aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, as quais foram devidamente aprovadas, também por unanimidade, pelos integrantes do Conselho Fiscal da Cia., em parecer de 12.03.2024, e publicadas nas versões certificada e impressa do jornal Monitor Mercantil, na edição de 16, 17, 18/03/2024, na pág. 7, com a consequente dispensa de publicação dos anúncios de sua disponibilização, conforme previsto no §5º do art. 133 da Lei nº 6.404/76. (b) os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas ou reservas, aprovar a absorção do prejuízo do exercício social encerrado em 31.12.2023 pela integralidade das reservas de lucro da Cia., conforme refletido nas correspondentes demonstrações financeiras e nos moldes do § único do art. 189 da Lei nº 6.404/76. (c) os acionistas deliberaram, por unanimidade, acolher o pedido de renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração apresentado pelo Sr. Antônio Carneiro Alves, CPF/MF 694.242.927-91, o qual havia sido eleito por ocasião da realização da AGO de 26.04.2023, sendo certo que o referido pedido produz efeitos a partir da presente data. Diante disso, os acionistas apresentaram agradecimentos ao Sr. Antônio Carneiro Alves pela colaboração prestada à Cia. ao longo do período em que exerceu o aludido cargo e outorgaram-lhe a correspondente quitação. (d) diante da renúncia implementada pelo Sr. Antônio Carneiro Alves, os acionistas deliberaram, por unanimidade, eleger como integrante do Conselho de Administração o Sr. Valdemir Luiz de Carvalho, CPF/MF 608.369.897-91, cujo mandato se encerrará juntamente com o dos demais membros do Conselho de Administração, ou seja, em 09.04.2026. (e) os acionistas deliberaram, por unanimidade, aprovar a instalação do Conselho Fiscal quanto ao exercício social a ser encerrado em 31.12.2024, elegendo como seus integrantes, para mandatos que se estenderão até a data da AGO destinada a tratar das contas dos administradores e das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a findar em 31.12.2024, (i) por indicação do acionista controlador, como membros efetivos, o Sr. Erick Mendes de Oliveira, CPF/MF 383.357.867-04; e o Sr. Paulo Cesar Ribeiro Gomes, CPF/MF 160.179.277-87; e, como seus suplentes, o Sr. Waldemar José Gomes da Silva, CPF/MF 383.635.777-15; e o Sr. Valdemar Francisco, CPF/MF 353.227.487-68; e (ii) por indicação do acionista minoritário, como membro efetivo, o Sr. Pedro de Oliveira Paulo e Braga, CPF/MF 153.956.337-58; e, como seu suplente, o Sr. Diego Carneiro Batista de Morais, CPF/MF 133.255.177-73. (ii) Em AGE: (f) os acionistas deliberaram, por unanimidade, fixar a remuneração global dos administradores da Cia., para o exercício social em curso, no montante de R$1.500.000,00, a ser distribuído entre os integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria, nos moldes de deliberação a ser tomada pelos membros do Conselho de Administração. (iii) Nenhuma questão foi debatida ou deliberada em assuntos gerais. 3 - Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, após ter sido lida, conferida e aprovada, foi assinada pelo Sr. Presidente e por mim, bem como pelos acionistas presentes. Esta é a cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. RJ, 19/04/2024. Marcello Romualdo da Silva Pereira - Presidente; Marcelo Siqueira de Carvalho - Secretário. Mercator Investment Fund Limited - por Marcello Romualdo da Silva Pereira - Acionista; Fundo de Investimento Caixa Rio Preto Multimercado Crédito Privado - por Valdemir Luiz de Carvalho - Acionista. Certidão - Jucerja - Certifico o arquivamento em 26/04/2024 sob o nº 00006204396. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.
CNPJ/MF nº 33.337.122/0001-27 - NIRE 33.3.0029040-1
Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 22 de março de 2024, às 14 horas, na sede social da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("Companhia"). **Presença**: (i) a única acionista representando a totalidade do capital social; e (ii) Diretores da Companhia. **Publicações**: **Edital de Convocação:** Dispensada a convocação da assembleia geral extraordinária em virtude da presença da acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa**: Leonardo Remião Linden - Presidente. Cristiane Silva Leite - Secretária. Foram tomadas as seguintes deliberações de conformidade com a ordem do dia: 1. Autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário. 2. Aprovar a alteração do objeto social da Companhia, para incluir as atividades de transporte de cargas líquidas, sólidas e gás - derivados de petróleo e álcool, petroquímicos, químicos - e cargas em geral, por via rodoviária, ferroviária, fluvial, lacustre, oceânica e por via aérea nacional e internacional, como item (p) do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, de modo que o referido artigo passará a vigorar com a seguinte redação: ***a)*** *"execução de operações de prospecção, exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural, condensado e outros hidrocarbonetos, incluindo trabalhos e atividades de geologia, geofísica, perfuração estratigráfica e de poços, recolha de testemunhos e de amostras de petróleo e gás natural, diagrafias dos poços e testes de formação e produção;* ***b)*** *construção e operação de oleodutos, gasodutos e polidutos para transporte de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos e produtos derivados dos mesmos, bem como unidades de tratamento, processamento e estocagem de petróleo ou gás natural;* ***c)*** *importação, exportação, armazenamento, beneficiamento de venda e distribuição de produtos de petróleo, gás natural, seus derivados e outros hidrocarbonetos permitidos por lei e demais produtos conexos e afins, inclusive pneumáticos, baterias e acessórios automobilísticos, como também os respectivos equipamentos, instalações, aparelhos e máquinas do ramo em geral, seja de origem nacional ou estrangeira;* ***d)*** *a fabricação, preparo, mistura, embalagem, importação, exportação, instalação e comercialização de materiais, produtos e equipamentos relacionados com a indústria do petróleo, a distribuição e comércio de equipamentos e mercadorias, inclusive acessórios e peças para indústria de veículos automotivos, graxas, solventes, lubrificantes, aditivos, produtos petroquímicos, bem como quaisquer outras atividades relacionadas com a indústria do petróleo;* ***e)*** *a prestação a terceiros de serviços técnicos, relacionados com as especialidades a que se dedica;* ***f)*** *o agenciamento de navios para entrega dos produtos de seu ramo;* ***g)*** *a venda de artigos de propaganda e quaisquer outros do comércio, desde que relacionados com os objetivos principais da empresa;* ***h)*** *a indústria, o comércio, a distribuição de produtos alimentares e artigos diversos, com a exploração de estabelecimentos comerciais destinados a funcionar como lojas de conveniência, minimercados, lanchonetes, fast food, bem como a venda ou locação de aparelhos eletrônicos e fotográficos em geral, filmes, cassetes, discos e a prestação de serviços e/ou venda de mercadorias correlatas, podendo as operações serem cedidas a terceiros;* ***i)*** *a prestação de serviços de consultoria e de assistência técnica, administrativa, comercial e de marketing, a lavagem, a lubrificação em geral e a reparação de veículos, inclusive sob a forma contratual de franquia e, em geral, qualquer atividade comercial de intermediação de negócios ou serviços permitidos em lei;* ***j)*** *o incremento de exportação, por conta própria ou de terceiros, de produtos industriais brasileiros de qualquer natureza e todas as outras atividades requeridas para tal incremento de exportação, inclusive compra e venda de câmbio para operações de importação e exportação e outras;* ***k)*** *operação e manutenção de usinas termoelétricas, transformação de gás, produção e suprimento de energia elétrica, bem como participação de empreendimentos nas atividades referidas;* ***l)*** *o exercício de outras atividades ligadas ou conexas às constantes dos itens anteriores, inclusive a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, simples ou empresárias e empreendimentos comerciais industriais ou de serviços de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, desde que, se necessário, seja obtida autorização governamental;* ***m)*** *a constituição e participação em consórcios para execução das atividades ligadas ou conexas às constantes do seu objeto, descritas nesta cláusula;* ***n)*** *a importação e exportação, no atacado, de produtos e mercadorias, neles incluídas todas as commodities, inclusive petróleo cru, derivados de petróleo, solventes, asfaltos, álcool etílico (etanol combustível), produtos químicos e petroquímicos, lubrificantes, etanol, entre outros;* ***o)*** *a prestação de serviços necessários à consecução do seu objeto social, inclusive a legalização de documentos para a importação e exportação dos produtos citados no item (n); e* ***p)*** *o transporte de cargas líquidas, sólidas e gás - derivados de petróleo e álcool, petroquímicos, químicos - e cargas em geral, por via rodoviária, ferroviária, fluvial, lacustre, oceânica e por via aérea nacional e internacional.* ***§ Único*** *A Companhia poderá adquirir ações, cotas ou participações em outras empresas."* 3. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo I da presente ata, para refletir as alterações acima aprovadas. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. aa) **Ultrapar Mobilidade Ltda.** na qualidade de Acionista; **Leonardo Remião Linden** na qualidade de Presidente e Presidente da Mesa; e **Cristiane Silva Leite**, na qualidade de Diretora e Secretária da Mesa**. Cristiane Silva Leite -** Diretora e Secretária da Mesa**.** A íntegra da ata está publicada no endereço eletrônico deste jornal nesta data. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. NIRE 333.0029040-1 - Protocolo: 2024/00304763-0. Data do Protocolo: 04/04/2024. Certifico o arquivamento em 10/04/2024 sob o nº00006174553 e demais constantes do termo de autenticação.

AMA – ANGRA MEIO AMBIENTE S/A

CNPJ Nº 42.369.301/0001-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 da AMA – Angra Meio Ambiente S/A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Angra dos Reis, 29 de abril de 2024.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.066	9.289
Contas a receber de clientes	5	10.839	10.502
Impostos a recuperar	6	895	441
Estoque		248	255
Outras contas a receber		482	51
		23.530	20.538
Não circulante			
Imobilizado	7	7.445	5.192
		7.445	5.192
Total do ativo		30.975	25.730

Passivo	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Circulante			
Fornecedores	8	2.490	3.718
Empréstimos e financiamentos	10	1.446	1.251
Obrigações fiscais	11	1.207	780
Tributos diferidos	12	1.041	991
Salários e obrigações sociais	13	4.654	3.705
		10.838	10.445
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	1.804	3.251
Tributos diferidos	12	458	325
Provisão para riscos judiciais		-	8
		2.262	3.584
Patrimônio líquido	14		
Capital social		5.072	5.072
Reservas de lucros		12.803	6.629
		17.875	11.701
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		30.975	25.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros: Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.300	(10.228)	134	2.555	2.689	-	7.761
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.940	3.940
Constituição de reserva legal	-	-	197	-	197	(197)	-
Retenção de lucros	-	-	-	3.743	3.743	(3.743)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.300	(10.228)	331	6.298	6.629	-	11.701
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.174	6.174
Constituição de reserva legal	-	-	309	-	309	(309)	-
Retenção de lucros	-	-	-	5.865	5.865	(5.865)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.300	(10.228)	640	12.163	12.803	-	17.875

As notas explicativas da administração são parte integrante dasdemonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Receita operacional líquida	15	61.564	54.038
Custos dos serviços prestados	16	(50.565)	(45.474)
Lucro bruto		10.999	8.564
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas	17	(569)	(949)
Tributárias		(1.423)	(1.207)
Outras receitas operacionais		10	2
		(1.982)	(2.154)
Resultado antes do resultado financeiro		9.017	6.410
Resultado Financeiro	18		
Receitas financeiras		796	455
Despesas financeiras		(567)	(827)
		229	(372)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		9.246	6.038
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	19		
IR e contribuição social - correntes		(2.940)	(2.192)
IR e contribuição social - diferidos		(132)	94
		(3.072)	(2.098)
Lucro líquido do exercício		6.174	3.940
Lucro líquido por ação	14.d	1,22	0,78

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	6.174	3.940
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	6.174	3.940

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais:	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do período	6.174	3.940
Ajustes por:		
Depreciação	1.528	1.427
Provisão/(reversão) para contingências trabalhistas	(8)	8
Juros e encargos s/empréstimos e financiamentos	547	-
Valor de IR e contribuição social diferidos	132	(94)
Lucro ajustado	8.373	5.281
Variações nos ativos e passivos:		
Em contas a receber	(337)	(2.169)
Em impostos a recuperar	(454)	(96)
Em estoques	7	43
Em outros ativos	(431)	476
Em fornecedores	(1.228)	1.703
Em obrigações fiscais a pagar	478	674
Em obrigações com pessoal	949	704
Caixa líquido gerado nas operações	7.357	6.616
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.781)	(3.306)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimento	(3.781)	(3.306)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação/(amortização) de empréstimos e financiamentos	(1.799)	1.835
Recursos líquidos gerado (aplicados) das atividades de financiamento	(1.799)	1.835
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.777	5.145
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.289	4.144
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.066	9.289
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.777	5.145

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: 1.1. Objeto social: A AMA Meio Ambiente S.A.(Companhia) é uma sociedade anônima de capital de fechado, controlada da Vital Engenharia Ambiental S.A., iniciou as suas operações em junho de 2021 e tem como objetivo específico social a prestação de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Município de Angra dos Reis/RJ, com o propósito específico de realizar os serviços descritos no Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, pelo prazo de 20 anos contados da data de assinatura do contrato.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC – PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas). A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas na Nota Explicativa nº 2.e. Em 29 de abril de 2024, a Diretoria aprovou estas demonstrações contábeis e autorizou a sua divulgação. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (e). **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse pressuposto de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3 - Políticas Contábeis Materiais: a) Apuração do resultado: É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **b) Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. ***Empréstimos e recebíveis:*** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. ***Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:*** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **c) Contas a receber:** Os valores a receber são demonstrados a valor justo, já deduzidos da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. **d) Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação. A Companhia utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. A Companhia reconhece as perdas, quando aplicável, nos estoques considerando a diferença entre o preço praticado e custo médio apurado. **e) Imobilizado:** Demonstrado aos custos de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7. A Companhia avalia a cada exercício o valor para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Um ativo imobilizado é considerado passível de ajuste de desvalorização quando seu valor contábil exceder seu valor recuperável. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. **f) Provisões para riscos judiciais:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais, trabalhistas e previdenciárias ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. **g) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real. Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é 15% com adicional de 10% sobre uma base superior a R$240 anuais e a alíquota da contribuição social é de 9%. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. **h) Receita de serviços:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de prestação de serviços possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo contrato de prestação de serviço celebrado entre a Companhia e seus clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. **i) Resultado básico por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação. **j) Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a seção 7 do CPC aplicável a pequenas e médias empresas (CPC PME). **k) Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados:** Não existem normas e interpretações contábeis emitidas em 2023 e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa em suas demonstrações contábeis. **l) Reforma Tributária no Brasil:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada Reforma Tributária.

4 - Caixa e Equivalente de Caixa	31.12.2023	31.12.2022
Bancos conta movimento	528	2.498
Aplicações de liquidez imediata (i)	10.538	6.791
Caixa e Equivalentes de Caixa líquido	11.066	9.289

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2023 e 2022.

5 - Contas a Receber de Clientes	31.12.2023	31.12.2022
Saldos vincendos	5.493	5.156
Serviços executados a faturar (i)	5.346	5.346
Total	10.839	10.502

(i) Representado por serviços medidos e não faturados. Em janeiro de 2024 e 2023 os serviços foram faturados e recebidos. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

6 - Impostos a recuperar	31.12.2023	31.12.2022
IRPJ de anos anteriores a recuperar	366	96
CSLL de anos anteriores a recuperar	116	19
INSS retido na fonte a recuperar	413	326
	895	441

7 - Imobilizado

a) Composição

	Taxa Anual de Depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2023 Valor residual	31.12.2022 Valor residual
Equipamentos de campo e auxiliar	20	1.493	(585)	908	1.172
Veículos	20	5.187	(2.415)	2.772	4.004
Construções em andamento	-	3.730	-	3.730	-
Equipamentos de oficina	10	40	(5)	35	16
		10.450	(3.005)	7.445	5.192

b) Movimentação do imobilizado

Descrição	Equipamentos de campo e auxiliar	Veículos	Equipamentos de oficina	Construções em andamento	Total
Saldo líquido em 31/12/2021	1.198	2.099	16	-	3.313
Adições	254	3.050	2	-	3.306
(-) Depreciações acumuladas	(280)	(1.145)	(2)	-	(1.427)
Saldo líquido em 31/12/2022	1.172	4.004	16	-	5.192
Adições	29	-	22	3.730	3.781
(-) Depreciações acumuladas	(293)	(1.232)	(3)	-	(1.528)
Saldo líquido em 31/12/2023	908	2.772	35	3.730	7.445

8 - Fornecedores	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores nacionais (i)	2.490	3.718
	2.490	3.718

(i) Representado basicamente por insumos e serviços utilizados nas operações da Companhia.

9 - Partes relacionadas

Passivo	% de Participação	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores			
VITAL Engenharia Ambiental S/A	51,00%	249	220
ORBIS Ambiental S/A	-	394	233
ARENDAL Locadora Ltda.	-	322	286
Total no Passivo		965	739

Resultado	% de Participação	31.12.2023	31.12.2022
Custo com Locação			
VITAL Engenharia Ambiental S/A	51,00%	1.494	1.299
ORBIS Ambiental S/A	-	1.577	1.296
ARENDAL Locadora Ltda.	-	1.933	1.685
Total no Resultado		5.004	4.280

10 - Empréstimos e financiamentos

a) Composição

Agente Financeiro	Circulante 31.12.2023	Circulante 31.12.2022	Não Circulante 31.12.2023	Não Circulante 31.12.2022
Banco Mercedes Benz	-	1.193	-	3.122
Banco Daimler Chrysler S.A.	1.380	-	1.741	-
Banco Daycoval	66	58	63	129
Total	1.446	1.251	1.804	3.251

Todos os contratos são de CDC e tem taxa pós fixada que variam entre 15,21% e 15,66% a.a., cujos vencimentos ocorrerão entre 2024 e 2026.

b) Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.667
Captações	2.573
Pagamento de principal	(738)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.502
Juros	547
Pagamento de principal	(1.252)
Pagamento de juros	(547)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.250

c) Financiamento por vencimento

	31.12.2023
Curto Prazo	
2024	1.446
Longo Prazo	
2025	1.659
2026	145
	1.804

- **Garantias** - As garantias dos contratos de financiamento são os próprios bens financiados; e
- ***Covenants*** - Os contratos de financiamento não possuem *covenants*.

11 - Obrigações fiscais	31.12.2023	31.12.2022
PIS s/Faturamento	126	93
COFINS s/Faturamento	580	433
Obrigações fiscais sobre lucro	451	216
Impostos retidos de terceiros	50	38
	1.207	780

12 - Tributos diferidos: O Passivo fiscal diferido (IR, CSLL, PIS e COFINS) está relacionado aos lucros não realizados e são decorrentes de valores a receber oriundos dos contratos com órgãos públicos, com base na legislação fiscal vigente.

Passivo circulante	31.12.2023	31.12.2022
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	855	814
Programa de Integração Social - PIS	186	177
	1.041	991

Passivo não circulante	31.12.2023	31.12.2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	458	325
	458	325

13 - Salários e obrigações sociais	31.12.2023	31.12.2022
Salários a pagar	1.451	1.035
Provisão de férias e encargos	2.338	2.038
Encargos sociais a recolher	865	632
	4.654	3.705

14 - Patrimônio líquido: a) Capital Social: A Companhia foi constituída em 17 de junho de 2021. O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$15.300, sendo R$5.072 integralizados e R$10.228 a integralizar, representado por 15.300.000 (quinze milhões e trezentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Reserva legal e distribuição de dividendos:** O Estatuto prevê que do lucro líquido apurado no exercício serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social e 5% (três por cento) à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, podendo a Assembleia Geral deliberar pela distribuição inferior a constante neste artigo.

	31.12.2023
Lucro Líquido do exercício	6.174
Reserva Legal	(309)
Saldo a disposição da Assembleia	5.865

A administração da Companhia foi informada por seus acionistas que irão deliberar na Assembleia Geral Ordinária pela retenção de todo o lucro do exercício, de forma que a proposta da administração e estas demonstrações contábeis não contemplam distribuição de dividendos, nos termos do art. 202, § 3º, II, da Lei nº 6.404/76.” **c) Reserva de retenção lucros:** O Estatuto prevê no §2º do artigo nº 26 que, após a constituição da reserva legal e a distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro.

d) Resultado por ação	Resultado do exercício	Quantidade de ações	Resultado por ação
31.12.2023	6.174	5.072	1,22
31.12.2022	3.940	5.072	0,78

15 - Receita operacional líquida	31.12.2023	31.12.2022
Receita de Serviços	71.773	62.880
Total de Receita Bruta	71.773	62.880
(-) ISS	(3.570)	(3.025)
(-) PIS	(1.184)	(1.038)
(-) COFINS	(5.455)	(4.779)
Total de Impostos s/Faturamento	(10.209)	(8.842)
Receita Operacional Liquida	61.564	54.038

16 - Custos dos serviços prestados	31.12.2023	31.12.2022
Insumos	(4.825)	(5.006)
Pessoal	(28.595)	(25.356)
Locação	(11.759)	(9.784)
Serviços de terceiros (i)	(3.525)	(3.918)
Depreciação	(1.387)	(1.295)
Outros	(474)	(115)
	(50.565)	(45.474)

(i) Representado basicamente por serviços prestados de consultoria ambiental.

17 - Despesas administrativas	31.12.2023	31.12.2022
Comerciais	(85)	(32)
Indedutíveis	(40)	(82)
Gerais (i)	(444)	(835)
	(569)	(949)

(i) Representado basicamente por despesas de conservação, manutenção e consumo da área administrativa da Companhia.

AMA – ANGRA MEIO AMBIENTE S/A

CNPJ Nº 42.369.301/0001-37

18- Resultado financeiro líquido	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Receitas Financeiras		
Sobre aplicações financeiras	783	465
(-) PIS e COFINS s/aplicações financeiras	(39)	(22)
Variações monetárias	52	12
Total	**796**	**455**
Despesas Financeiras		
Bancária	(5)	(134)
Juros	(15)	(12)
Encargos s/financiamentos	(547)	(681)
Total	**(567)**	**(827)**
Resultado Financeiro Líquido	**229**	**(372)**

19 - Despesas de IRPJ e CSLL: Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	31.12.2023	**31.12.2022**
Resultado antes do IR e Contribuição Social	9.246	6.038
IR e Contribuição Social às alíquotas nominais (34%)	(3.144)	(2.053)
Efeito do IR e contribuição social sobre:		
Adições	(334)	(451)
Exclusões	458	364
Outros	80	(52)
Despesa com IR e Contribuição Social	(2.940)	(2.192)
Despesa de IR e Contribuição Social - Corrente	(2.940)	(2.192)
Despesa de IR e Contribuição Social - Diferido	(132)	94
	(3.072)	(2.098)
Alíquota efetiva de IR e contribuição social	33%	35%

20 - Gestão de Risco Financeiros: a) Considerações Gerais: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia. **b) Gerenciamentos de Riscos:** A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

21 - Seguros: A política da Companhia é de manter cobertura de seguros empresarial e de responsabilidade civil que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Por exigência contratual, a Companhia mantém cobertura de seguros para garantir a execução do serviço público de limpeza urbana. Em 31 de dezembro de 2023 a cobertura de seguro contratada, em valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, é:

		31.12.2023	
Risco Coberto	**Vigência**	**Importância Segurada**	**Prêmio Líquido**
Seguro Executor - Pottencial	01/07/2023 à 01/07/2024	10.514	24
Responsabilidade Civil - Fairfax	26/08/2023 à 26/08/2024	1.000	23
Total		**11.514**	**47**

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

DIRETORIA

Rafael Mateus Cordeiro Ranuci

Fábio de Andrade Pereira

CONTADOR

Walter Luis da Silva Junior - CRC-RJ 093.575/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
AMA – Angra Meio Ambiente S.A. - Rio de Janeiro – RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis Angra Meio Ambiente S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Angra Meio Ambiente S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024

Grant Thornton

Grant Thornton
Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2

Fernando Camanzano Martinez
Contador
CRC 1SP-328.247/O-3

PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A.
CNPJ/MF Nº 02.291.077/0001-93 - NIRE 33.3.0027784-6
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO - REGISTRO CVM Nº 01923-2

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2024

DIA, HORA E LOCAL: Em 22 de março de 2024, às 09:30 horas, na sede da Companhia, situada na Rua Jardim Botânico, 674, sala 316, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ. **CONVOCAÇÃO:** Realizada a convocação, nos termos do §1º do artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, na data de 08 de março de 2024, mediante envio de e-mail a todos os Conselheiros. **PRESENÇAS:** Senhores Cesar Avidos Juruena Pereira, Ricardo André Marques, Thiago de Resende Andrade, Gabriel Rillos da Costa, José Alberto Dias da Silva e, na qualidade de convidada, a senhora Nanci Turibio Guimarães. **MESA:** Cesar Avidos Juruena Pereira - *Presidente;* Nanci Turibio Guimarães - *Secretária.* **ORDEM DO DIA**: Examinar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e autorizar que as mesmas sejam submetidas a aprovação pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DE VOTOS:** Instalada a Reunião do Conselho de Administração e procedida à leitura da Ordem do Dia, foi deliberado por unanimidade de votos, sem reservas, autorizar que as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, devidamente acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes sejam submetidas à aprovação, pelos acionistas, na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até 30 de abril de 2024. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi a sessão suspensa para lavratura desta ata. Reaberta a sessão foi esta lida, achada conforme e assinada pelos presentes. Cesar Avidos Juruena Pereira - Presidente - Nanci Turibio Guimarães - Secretária - Nanci Turibio Guimarães - Convidada. ARQUIVAMENTO em 24/04/2024 SOB O NÚMERO 00006200718

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL
Av. Erasmo Braga, 115 , Lam Central 707 Centro, Rio de Janeiro
Tel.: (21) 3133-3604 - E-mail: cap02vemp@tjrj.jus.br

EDITAL DE 1º, 2º E 3º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO, COM PRAZO DE 10 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA MASSA INSOLVENTE DE: PAME - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA PLENA EM SAÚDE - PROCESSO Nº 0201645-39.2021.8.19.0001, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) **MARCELO MONDEGO DE CARVALHO LIMA** – Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados - que será realizado o público Leilão, em conformidade com o disposto no art. 142, § 3º-A da Lei 11.101/2005 (com redação alterada pela L. 14.112/2020), pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, **NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE, nas seguintes datas: Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação**, que será encerrado no **dia 20/05/2024 às 12:00h**, e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o **Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação**, que será encerrado no **dia 22/05/2024 às 12:00h** e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o **Terceiro Leilão, pela melhor oferta** (qualquer preço: cf. art. 142, § 3º-A, III da Lei 11.101/2005, com redação da Lei n.14.112/2020), que será encerrado no **dia 24/05/2024 às 12:00h. O terceiro leilão será realizado EM CARÁTER CONDICIONAL** para apreciação e homologação do Juízo ou não. O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro www.alexandroleiloeiro.com.br, na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do §único do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência da primeira data. **DO BEM A SER LEILOADO**: **LOTE 01: CONJUNTO COMERCIAL localizado no 21º Pavimento C/ 503 m² (lançamento tributário IPTU – RJ) – Na Av. Presidente Vargas, 463 Edifício Banita, Centro/RJ.** IMÓVEL INSCRITO NO 2º RGI SOB O Nº 40930 E NA PREFEITURA SOB A INSCRIÇÃO 0547630-4 - CL: 061069. (...) VALOR DE VENDA CONJUNTO 21 PAVIMENTO R$ 2.040.000,00 (dois milhões e quarenta reais). **LOTE 02: CONJUNTO COMERCIAL localizado no 22º Pavimento C/ 503 m² (lançamento tributário IPTU – RJ) – Na Av. Presidente Vargas, 463 Edifício Banita, Centro/RJ.** IMÓVEL INSCRITO NO 2º RGI SOB O Nº 37402 E NA PREFEITURA SOB O Nº 0547626-2 – CL: 061069. (...) VALOR DE VENDA CONJUNTO 22 PAVIMENTO R$ 1.970.000,00 (hum milhão novecentos e setenta reais); E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, **ficando o(s) interessado(s) intimado(s) da alienação judicial deste Edital e intimado(s) da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRA-SE..** Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 09 de abril de 2024. Eu, digitei ____, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo ____. (ass.) **MARCELO MONDEGO DE CARVALHO LIMA** – Juiz de Direito.

MAG Seguros alcança lucro líquido histórico em 2023

Recorde de venda nova e arrecadação e lucro de R$ 266 milhões

A MAG Seguros, seguradora longeva especializada em vida e previdência, celebra os bons resultados de 2023, com lucro líquido de R$ 266 milhões, atingindo um aumento de 85% relativamente ao ano anterior, devido aos seus investimentos em atualizações e melhorias contínuas para eficiência operacional.

No ano passado, a companhia também registrou cerca de R$ 816,3 milhões em pagamentos de benefícios, sendo este o segundo maior valor da história da MAG, ficando atrás apenas do período da pandemia da Covid-19.

Em relação a resultados, a seguradora, que possui quase dois séculos de atuação no mercado, conquistou uma arrecadação de R$ 2,8 bilhões e atingiu o volume de R$ 75,7 milhões em novas vendas, uma alta de 26% em relação ao mesmo período do ano anterior. A empresa também bate recorde com mais de 6,43 milhões de clientes em sua carteira.

O desempenho alcançado em 2023 pela MAG vai ao encontro do compromisso firmado pela companhia, em priorizar os seus três pilares fundamentais, que são: o foco no distribuidor, ampliação de produtividade e potencialização dos resultados. Questões essas que estão presentes no DNA da seguradora que se orgulha em ser inovadora e estratégica quando se trata do atendimento aos seus clientes e parceiros.

“Para a MAG Seguros, resultados como esses refletem um ano de entrega e compromisso de todas as equipes e parceiros, visando alcançar o maior número de vidas, além dos investimentos em infraestrutura, tecnologia, inovação e recursos humanos”, comenta Raphael Barreto, CFO do Grupo Mongeral Aegon. O executivo destaca, neste ano, as operações voltadas à expansão de parcerias estratégicas para os negócios do grupo, tecnologia e humanização para o pagamento de benefícios, colocando nossos clientes no centro, e ações voltadas a um maior reconhecimento da marca.

“A MAG segue ao longo dos seus mais de 190 anos entregando excelência para o mercado de seguros independente, um portfólio que se conecta às necessidades dos brasileiros de forma diversa. Nossos parceiros corretores preferem a MAG por este motivo, por confiarem que oferecemos a melhor solução para seus clientes desde a escolha do produto, até o pagamento do benefício, que em 2023 se tornou um processo ainda mais moderno e humanizado. ”, complementa Barreto.

Segundo a CNseg, o mercado de seguros vai manter o crescimento de dois dígitos e avançar 11,7% neste ano. Presente em 39 cidades do Brasil, sendo líder no segmento de vida nas cidades de Santa Catarina e Rio de Janeiro, a companhia prevê um crescimento acima da média do mercado, investindo também na persistência dos clientes.

“Em 2024, nosso compromisso é manter os investimentos em infraestrutura tecnológica, promovendo inovação para o dia a dia de nossos colaboradores e parceiros. Sob o ponto de vista do capital humano, seguiremos apostando no desenvolvimento, qualificação e retenção dos profissionais. A companhia também trabalhará para o aumento da eficiência operacional, produtividade e expansão dos negócios, utilizando metodologias capazes de otimizar tempo, recursos e garantir a alta qualidade das entregas. E por fim, a persistência de nossa carteira será um tema ainda mais caro para nós, com indicadores sendo acompanhados mês a mês por uma área nova na empresa, chamada Experiência do Cliente. Estas e outras iniciativas serão acompanhadas em um grupo executivo de trabalho, que trata os pacotes de processos internos de inovação em diversas áreas no Grupo”, finaliza o executivo.

ABC Brasil aumenta base de clientes em 25%

ABC Corretora de Seguros, pilar do ABC Brasil, registrou aumento de 25% na base de clientes no final de 2023, em comparação a 2022. Esse incremento se deve à estruturação de uma área comercial especializada e ao aumento no leque de serviços oferecidos aos clientes. No comparativo anual, a divisão registrou ainda um crescimento de 56% na receita.

Com o objetivo de oferecer as melhores opções de seguros para necessidades específicas, a corretora segue apoiando clientes do ABC Brasil em tomadas de decisão de maneira consultiva, um claro diferencial em relação a seus concorrentes. Em seu portfólio, alguns produtos ou segmentos ganham destaque, é o caso do Seguro Garantia, Vida, Patrimoniais, Agro e Crédito. Este último passou a ser oferecido ainda no final de 2023.

O Seguro de Crédito conta com a proteção de recebíveis e pagamentos, mostrando-se uma modalidade que atrai grande interesse dos clientes, em função dos riscos observados desde o início de 2023.

Os Seguros de Vida e Agro, andam lado a lado no quesito expansão. Enquanto o Vida está conectado às estratégias de retenção de talentos e seus benefícios, o Agro tem muita aderência ao movimento recente do ABC Brasil de criação de uma força comercial específica para o segmento. “Esse público está atento aos riscos de seus ativos, por isso nos procuram em busca de alternativas para proteger seus riscos patrimoniais de máquinas e benfeitorias, além das operações relacionadas à lavoura, criação de gado e aves, por exemplo.”, comenta Luiz Assumpção, CEO da corretora.

MERCK S.A.

MERCK

CNPJ/MF nº 33.069.212/0001-84

Relatório da Diretoria

Atendendo às determinações legais, a Diretoria submete à apreciação o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do exercício e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023.
Rio de Janeiro-RJ, 30 de abril de 2024 - **A Diretoria**

A Administração da Merck S.A. comunica aos seus clientes e fornecedores e a quem de interesse que as Notas Explicativas completas e o relatório dos auditores independentes dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023, encontram-se à disposição na versão online deste Jornal.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de Reais)*

	Consolidado		Controladora	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	108.454	459.122	79.831	455.926
Contas a receber - Terceiros	464.161	405.665	443.607	387.905
Contas a receber - Partes relacionadas	143.802	101.966	143.268	101.784
Estoques	446.879	333.834	409.200	279.715
Impostos a recuperar	59.797	80.162	51.312	59.146
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	19.032	25.104	12.393	14.716
Outros ativos	18.518	38.138	12.303	20.892
	1.260.643	**1.443.991**	**1.151.914**	**1.320.084**
Não circulante				
Investimento	-	-	95.421	15.021
Mútuo - Partes relacionadas	-	-	-	62.009
Depósitos Judiciais	9.600	8.983	8.750	8.174
Imposto de renda e contribuição social diferidos	73.259	72.064	63.678	57.751
Imobilizado	492.580	488.781	490.231	487.041
Intangível	40.833	41.502	40.833	41.502
	616.272	**611.330**	**698.913**	**671.498**
Total do ativo	**1.876.915**	**2.055.321**	**1.850.827**	**1.991.582**

	Consolidado		Controladora	
Passivo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Fornecedores - Terceiros	159.875	165.551	152.919	149.470
Passivo de Arrendamento	20.358	13.496	20.108	13.496
Fornecedores - Partes relacionadas	60.044	15.453	55.080	-
Impostos e contribuições a recolher	19.408	16.658	19.034	11.224
Salários, provisão para férias e 13º Salário	42.935	42.364	39.240	39.320
Provisões Diversas	23.479	26.127	23.401	26.127
Dividendos a pagar	-	154.399	-	154.399
Outras contas a pagar	8.826	9.308	8.115	7.207
	334.925	**443.356**	**317.897**	**401.243**
Não circulante				
Provisões Diversas	17.155	24.421	11.383	10.143
Provisão para obrigações na entrega de ativo	7.102	7.102	7.102	7.102
Passivo de Arrendamento	88.242	92.958	87.865	92.958
Benefícios a empregados	25.648	22.738	25.648	22.738
Provisão para contingências	26.564	25.405	23.653	18.057
	164.711	**172.624**	**155.651**	**150.998**
Patrimônio líquido				
Capital social	733.689	733.689	733.689	733.689
Perda em transação com entidade sob controle comum	(43.426)	(43.426)	(43.426)	(43.426)
Reservas de capital	31.721	31.721	31.721	31.721
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.884)	(15.676)	(22.884)	(15.676)
Reserva de Lucros	678.179	733.033	678.179	733.033
	1.377.279	**1.439.341**	**1.377.279**	**1.439.341**
Total do passivo	**1.876.915**	**2.055.321**	**1.850.827**	**1.991.582**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

				Reserva de lucros					
	Capital social	Transação com entidade sob controle comum	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Retenção de lucros	Outros Resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**733.689**	**(43.426)**	**31.721**	**47.835**	**135.433**	**324.834**	**(11.966)**	**-**	**1.218.120**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	294.992	294.992
Benefício sobre pensões	-	-	-	-	-	-	(3.710)	-	(3.710)
Destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	-	14.750	-	-	-	(14.750)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	20.772	-	-	(20.772)	-
Dividendo mínimo a pagar	-	-	-	-	-	-	-	(70.061)	(70.061)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	189.409	-	(189.409)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**733.689**	**(43.426)**	**31.721**	**62.585**	**156.205**	**514.243**	**(15.676)**	**-**	**1.439.341**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	355.747	355.747
Benefício sobre pensões	-	-	-	-	-	-	(7.208)	-	(7.208)
Destinação do lucro:									
Reserva legal	17.787	-	-	-	(17.787)	-			
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	14.463	-	-	(14.463)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(326.111)	-	(84.490)	(410.601)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	239.007	-	(239.007)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**733.689**	**(43.426)**	**31.721**	**80.372**	**170.668**	**427.139**	**(22.884)**	**-**	**1.377.279**

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	**2.312.195**	**2.015.854**	**2.144.651**	**1.858.452**
Custos das vendas	(1.050.118)	(955.001)	(942.976)	(863.197)
Lucro bruto	**1.262.077**	**1.060.853**	**1.201.675**	**995.255**
Despesas com vendas	(73.713)	(47.791)	(70.227)	(45.407)
Despesas administrativas	(672.078)	(622.259)	(616.495)	(564.078)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(4.715)	(4.654)	(4.715)	(4.654)
Ganho (Perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	5.420	(4.674)	2.519	(3.007)
Outras receitas (Despesas)	3.130	13.638	3.254	11.430
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	1.392	5.614
Total de despesas operacionais	**(741.956)**	**(665.740)**	**(684.272)**	**(600.102)**
Receita financeira	42.605	56.376	39.975	53.923
Despesa financeira	(20.483)	(18.523)	(19.868)	(18.198)
Resultado financeiro	**22.122**	**37.853**	**20.107**	**35.725**
Resultado antes dos Impostos sobre o lucro	**542.243**	**432.966**	**537.510**	**430.878**
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	(187.690)	(142.942)	(187.690)	(140.903)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	1.194	4.968	5.927	5.017
Total de provisão para imposto de renda e contribuição social	**(186.496)**	**(137.974)**	**(181.763)**	**(135.886)**
Lucro líquido do exercício	**355.747**	**294.992**	**355.747**	**294.992**
Lucro básico por ação - R$	0,00048	0,00040	0,00048	0,00040
Quantidade de ações	733.689.398	733.689.398	733.689.398	733.689.398

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**355.747**	**294.992**	**355.747**	**294.992**
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Efeito do plano de benefício definido	(7.208)	(3.710)	(7.208)	(3.710)
Resultado abrangente do exercício	**348.539**	**291.282**	**348.539**	**291.282**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**355.747**	**294.992**	**355.747**	**294.992**
Ajustes para conciliar o lucro líquido:				
Despesas com depreciação e amortização	67.582	53.708	67.399	53.708
Provisão/(Reversão) para obsolescência	(5.261)	(910)	(3.175)	(2.140)
Resultado na venda de ativo permanente	53	-	53	-
(Ganho) Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(5.420)	4.674	(2.519)	3.007
Constituição outras provisões	(426)	(507)	(426)	(507)
Resultado de participações em investimentos	-	-	(1.392)	(5.614)
Constituição (reversão) provisão para contingências	1.159	382	5.596	122
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(1.195)	(4.968)	(5.927)	(5.017)
Despesas (Receitas) financeiras, líquidas	(22.122)	(37.853)	(20.107)	(35.725)
Impostos de renda e contribuição social correntes	187.690	142.942	187.690	140.903
	577.807	**452.460**	**582.939**	**443.729**
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber - Terceiros	(53.076)	(80.801)	(53.183)	(78.123)
Estoques	(107.784)	26.980	(126.310)	35.694
Impostos a recuperar	21.352	41.145	5.072	44.670
Outros ativos	25.490	(14.351)	14.507	(4.423)
Fornecedores - Terceiros	(5.676)	13.561	3.449	6.345
Partes relacionadas	2.755	(25.650)	13.596	(32.850)
Outras contas a pagar e provisões	(14.124)	(5.958)	(4.957)	(2.327)
Impostos e contribuições a recolher	2.750	(12.832)	7.810	(19.426)
	(128.313)	**(57.906)**	**(140.016)**	**(50.440)**
Demais juros pagos (recebidos)	34.529	43.363	32.455	41.235
Juros pagos sobre arrendamento	(12.407)	(5.510)	(12.348)	(5.510)
Imposto de Renda pago sobre o lucro	(133.054)	(105.305)	(133.054)	(103.889)
Contribuição Social paga sobre o lucro	(49.551)	(39.185)	(49.551)	(38.667)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**289.011**	**287.917**	**280.425**	**286.458**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controlada	-	-	(17.000)	-
Aquisição de ativo imobilizado/Intangível	(52.147)	(37.095)	(52.147)	(37.095)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(52.147)**	**(37.095)**	**(69.147)**	**(37.095)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	(565.000)	-	(565.000)	-
Principal pago - Arrendamento	(22.532)	(13.571)	(22.373)	(13.571)
Caixa líquido utilizado das atividades de financiamento	**(587.532)**	**(13.571)**	**(587.373)**	**(13.571)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(350.668)**	**237.251**	**(376.095)**	**235.792**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	459.122	221.871	455.926	220.134
No fim do exercício	108.454	459.122	79.831	455.926
	(350.668)	**237.251**	**(376.095)**	**235.792**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto Operacional: A Merck S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Estrada dos Bandeirantes, nº 1.099 Jacarepaguá - Rio de Janeiro/RJ e controlada pela Merck KgaA, situada em Darmstadt, na Alemanha. Seu objeto social no Brasil consiste na fabricação e comercialização de produtos químicos, farmacêuticos, cosméticos, reagentes, meios de cultura, fertilização humana e aparelhos científicos. A Companhia possui o controle da empresa Sigma-Aldrich Brasil Ltda, com sede na Rodovia Anhanguera, KM 29,5, módulo B4 Galpão 02, Polvilho - Cajamar - SP, seu objeto social consiste na revenda de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e labotatoriais. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2024. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. ***(i) Julgamento:*** As informações sobre julgamentos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota Explicativa nº 7** - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; **Nota Explicativa nº 8** - Provisão para redução ao valor recuperável de Estoques: principais premissas sobre a probabilidade de perda, tendo como base a validade do produto / material; **Nota Explicativa nº 9** - Reconhecimento de Impostos a recuperar: Incerteza quanto à recuperabilidade dos créditos tributados na entrada. **Nota Explicativa nº 12** - Imobilizado: Incerteza quanto ao tempo estimado de vida útil dos ativos e a recuperação do valor investido; **Nota Explicativa nº 14 -** Arrendamento - se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação; ***(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas de que riscos significativos possam resultar em um ajuste nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota Explicativa nº 23 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Nota Explicativa nº 22 -** Mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais. *Mensuração do valor justo:* Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **3. Mudança nas principais políticas contábeis:** As normas revisadas apresentadas a seguir passaram a ser aplicáveis para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023 e, portanto, foram adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, mas não tiveram impacto significativo nessas Demonstrações Financeiras:

CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.
	A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).
Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade	A Companhia adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.
Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. A Companhia não possuiu operações que estejam incluídas na alterações à IAS 12 no exercício corrente.
Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - Definição de Estimativas Contábeis	A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

4. Informações materiais das políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

(a) Base de consolidação: ***(i) Controladas:*** A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***(ii) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investida, registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(b) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado. **(c) Receita de contrato com cliente:** A receita é reconhecida no resultado quando ou à medida que seja satisfeita a obrigação de performance ao transferir o controle do produto ou serviço prometido ao cliente. O produto ou serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém o controle do mesmo. Os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **(d) Benefícios a empregados:** ***(i) Benefício de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***(ii) Planos de benefício definido:*** O plano de pensão de benefício definido é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado em anos anteriores. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário anual projetado, para isso foi contratada a Towers Watson para a realização da avaliação atuarial dos benefícios de natureza previdenciária pagos por meio de um plano PGBL, administrado pela Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. (Metlife). ***(iii) Benefício de término de vínculo empregatício:*** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes. **(e) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: Receita de Juros; Despesas de Juros; Ganhos/perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **(f) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para o imposto de renda e alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A compensação

continua >>>

MERCK S.A.

CNPJ/MF nº 33.069.212/0001-84

Notas explicativas às demonstrações financeiras - *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)*

de prejuízos fiscais é limitada a 30% do lucro tributável do exercício e não possui prazo prescricional. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que refletem as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos registrados contabilmente pelo regime de competência e os valores permitidos para uso pela legislação tributária. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra as quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos refletem as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente quando certos critérios forem atendidos. **(g) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável.. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem, e adicionalmente os valores são reduzidos ao valor realizável líquido. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui as despesas gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **(h) Imobilizado: *(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componente principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. ***(ii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas ao ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Móveis e Utensílios	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **(i) Intangíveis e Ágio: *(i) Ágio:*** Referente aquisição da Millipore Indústria e Comércio Ltda., controlada incorporada, baseado em rentabilidade futura não amortizado e sujeito a teste anual de recuperação. ***(ii) Outros ativos intangíveis:*** Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia de terceiros e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ***(iii) Amortização:*** Amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes	10 anos
Software	3 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **Obras em andamento:** Obras em andamento representam o valor bruto pago aos fornecedores com gastos relativos à obras ainda não concluídas e/ou equipamentos entregues porém não aptos à operação que se destinam até a data do balanço. No balanço patrimonial, obras em andamento são apresentadas dentro do total do imobilizado, e/ou Intangível de acordo com a futura destinação após estar apto a operação. Com a conclusão das instalações e/ou finalização das obras, estando os mesmos disponíveis para o uso, é feito a transferência de obras em andamento para a classe de ativo que se destina, só assim passam a ser depreciadas ou amortizadas mensalmente. **(j) Instrumentos financeiros: *(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **Provisão para perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada pela probabilidade das perdas de crédito ao longo da vida do instrumento financeiro. Para todos os instrumentos financeiros no âmbito do modelo de imparidade, é realizada uma análise prospectiva de perda de crédito esperada (ECL). Isto significa que, por definição, já no reconhecimento inicial, todos os instrumentos financeiros abrangidos têm de ter uma provisão para perdas/uma imparidade. Consequentemente, não é necessário que um evento de perda ocorra antes que uma perda por redução ao valor recuperável seja reconhecida, nem no momento inicial do reconhecimento nem para a mensuração subsequente. A perda de crédito esperada (ECL) para cada instrumento financeiro, há uma distinção entre dois níveis para a avaliação; a ECL de 12 meses (Nível 1) e a ECL vitalícia (Nível 2 e Nível 3): • A ECL de 12 meses é a parcela das perdas de crédito esperadas ao longo da vida que representa a ECL que resulta de eventos de inadimplência no instrumento financeiro que são esperados nos próximos 12 meses após o reconhecimento inicial. • A ECL vitalícia é a perda de crédito esperada que resulta de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo de toda a vida esperada do instrumento financeiro. No reconhecimento inicial, para cada instrumento financeiro, uma avaliação inicial com a ECL de 12 meses ocorreu. A cada data de relato subsequente, a entidade jurídica é obrigada a avaliar o risco de crédito. Se o risco de crédito não mudou significativamente, a ECL de 12 meses (Nível 1) ainda é aplicável e não é necessária uma mudança no modelo de avaliação. No caso de um aumento significativo no risco de crédito, a ECL é calculada aplicando o modelo ECL vitalício (Níveis 2 e 3). Em caso de redução significativa no risco de crédito de instrumentos financeiros para os quais foi aplicado o modelo de ECL vitalícia (Nível 2 e 3) antes, o modelo ECL de 12 meses (Nível 1) deve ser aplicado novamente. Consequentemente, significativas alterações no risco de crédito são refletidas na utilização do modelo de ECL adequado e melhorias e deterioramentos são refletidos em ambos os sentidos. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados nas liquidações das obrigações de curto prazo. Os ativos financeiros e suas respectivas categorias estão classificados na nota explicativa nº 25. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR, quando aplicável. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os passivos financeiros e suas respectivas categorias estão classificados na nota explicativa nº 25. ***(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento:*** A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (como aplicações financeiras) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(iii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado:*** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** Uma perda por redução ao valor recuperável á calculada como diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativa razoável de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. ***(iv) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:*** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira. ***(v) Passivos financeiros não derivativos - mensuração:*** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio de resultado. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **(k) Redução ao valor recuperável - *(Impairment):*** Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Para isso os ativos têm os seus valores recuperáveis testados e revistos a cada encerramento de exercício para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **(l) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **(m) Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento, ou cáculo da taxa de desconto tem como base a taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco da Companhia, aos prazos de contratos de arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **(n) Mensuração do Valor Justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2023, são as seguintes:

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:
- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes. As alterações à IAS 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB alinhou a data de vigência com as alterações de 2022 à IAS 1. Se uma entidade aplica as alterações de 2020 para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2022. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro. **6. Caixa e equivalente de caixa:** (a) Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de caixa e bancos está representado, substancialmente, por aplicações automáticas de curto prazo com base no saldo de nossa conta corrente junto à uma instituição financeira, com uma remuneração equivalente a 103% (cento e três por cento) da taxa Selic, calculada e divulgada pelo Comitê de Política Monetária - Copom (Taxa Selic em média 1,1% ao mês), com possibilidade de resgate antecipado a qualquer momento. (b) O saldo de aplicações financeiras é representado pela aplicação no investimento CDB (Certificado de Depósito Bancário) do Bradesco e Itau que acompanham a variação da Selic/CDI,com a rentabilidade de no mínimo de 102% (cento e dois por cento) do CDI para o Bradesco e 100% (cem por cento) para o Itaú. Este investimento é de prazo indeterminado e pode ser resgatado a qualquer momento desde a data de aplicação. **07. Arrendamentos: Arrendamentos como arrendatário:** A Companhia arrenda Imóveis que são utilizados como escritórios e depósito de mercadoria para revenda. Esses arrendamentos possuem contratos com duração de três e de dez anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Companhia é impedido de entrar em qualquer contrato de sub-arrendamento. A Companhia arrenda também veículos, esses arrendamentos possuem contratos com duração de três anos, após esse período há uma nova avaliação dos valores de mercado e nem sempre há uma renovação de contratos. A Companhia arrenda equipamentos de TI com prazos de contrato de um a três anos. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. A Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, em troca de uma contraprestação. O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção do CPC 06 (R2) é a substituição do custo linear com aluguéis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso dos ativos objetos desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento calculadas utilizando as taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações. A seguir são apresentadas informações sobre o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil utilizados pela Companhia: **Reconhecimento:** O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente, descontado pela taxa de juros nominal incremental de empréstimo da Companhia, líquido dos seguintes efeitos: (a) Pagamentos de arrendamentos variáveis baseados em índice ou taxa;(b) Valores pagos pelo arrendatário sob garantias de valores residuais; (c) Preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção; Os ativos de direito de uso são mensurados de acordo com os itens a seguir: (a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; (b) Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial ou antes dela menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e (c) Quaisquer custos diretos iniciais. **b. Julgamentos críticos na determinação do prazo do arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão de um contrato de arrendamento. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de extinção) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou não será extinto). Essa avaliação é revisada caso ocorra evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete tal avaliação e que esteja sob o controle da arrendatária. Durante o exercício corrente, o efeito financeiro da revisão dos prazos de arrendamentos foi contabilizado, a fim de refletir o efeito do exercício das opções de prorrogação, exceto no caso de contratos de arrendamento de veículos. **08. Patrimônio Líquido: (i) Capital social:** O Capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está representado por 733.689.397 ações ordinárias, de valor nominal de R$ 1,00 (um Real) cada uma, totalizando um montante de R$ 733.689. Ao final do exercício o capital social total está representado da seguinte forma:

		2023	2022
Domiciliados no exterior	Millipore International Holding S.à r.l.	733.689.397	733.689.397
Domiciliados no exterior	Merck Chemical B.V.	1	1
		733.689.398	733.689.398

(ii) Reserva de lucros: *b) Reserva legal:* Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2023, a Companhia constituiu R$ 17.787 de reserva legal (R$ 14.750 em 2022). ***c) Reserva de Retenção de lucros:*** É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, conforme proposta previamente aprovada pela Diretoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em 2023, a Companhia transferiu para a reserva de retenção de lucro R$ 239.007 (R$ 189.409 em 2022). ***d) Reserva de Incentivos Fiscais:*** Em 2023, o montante de R$ 14.463 (R$ 20.772, em 2022), refere-se às subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais, que foram registradas no resultado do período como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1) - Subvenção e Assistência Governamentais/(IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos. **(iii) Dividendos:** O Estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei. A Companhia pagou dividendos mínimos em 2023, conforme já informado na nota 15 - Partes relacionadas.

Segue abaixo a destinação do resultado:

	Controladora	
	2023	2022
Lucro líquido	**355.747**	**294.992**
Reserva legal	(17.787)	(14.750)
Base para distribuição	**337.960**	**280.242**
Dividendos obrigatório	(84.490)	(70.061)
Incentivo fiscal	(14.463)	(20.772)
Retenção de lucro	**239.007**	**189.409**

(iv) Perda em transação com entidade sob controle comum: Em 2016, a Companhia adquiriu a controlada Sigma-Aldrich Brasil Ltda, tendo em vista que esta controlada apresentava um passivo a descoberto e por se tratar de uma operação de empresas sob controle do mesmo grupo, essa perda foi reconhecida no patrimônio líquido, como perda em transação com entidade sob controle comum.

Valor da aquisição	(72.336)
Total do patrimônio líquido na data da aquisição	24.583
Ajustes posteriores a aquisição	4.327
Total	**(43.426)**

(v) Outros resultados abrangentes:	**2023**	**2022**
Saldo inicial de fundo de pensão	15.676	11.966
Fundo de pensão do exercício, líquido de impostos	7.208	3.710
	22.884	**15.676**

09. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais, incluindo danos materiais e lucros cessantes da Companhia era composta por R$ 2.740.000 (R$ 2.478.000 em 2022) e R$ 10.602 (R$ 32.883 em 2022) para responsabilidade civil, a partir de 2023 a Companhia também passou a contar com a cobertura do seguro de crédito doméstico - risco comercial com indenização limitada até R$ 150.000.

Luiz Alberto Barreto - Diretor Financeiro
Regional CFO - Latin America - CPF nº 606.485.207-06

Rodrigo Frauches Medeiros - Contador
CRC-RJ-105681/O-9 - CPF nº 092.508.287-21

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Diretores da **Merck S.A. -** Rio de Janeiro-RJ
As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas, individuais e consolidadas, estão disponíveis na versão digital deste mesmo jornal. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi emitido em 30 de abril de 2024, com opinião com ressalva referente a não avaliação anual da Companhia da recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura, e por consequência, a impossibilidade de determinar se havia necessidade de reconhecer perda de redução ao valor recuperável do intangível em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ
Marcelo de Figueiredo Seixas - Contador
CRC nº PR 045179/O-9

Deloitte.

As Demonstrações Financeiras Completas e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Findo em 31/12/2023 da Merck S.A., estão disponíveis na versão digital deste jornal, no endereço: www.monitormercantil.com.br, acessar Publicidade Legal.

EBMA - EMPRESA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 01.369.424/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 da EBMA – Empresa Brasileira de Meio Ambiente S/A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.944	13.567
Contas a receber de clientes	5	4.221	2.055
Estoque		265	242
Impostos a recuperar	6	362	225
Outras contas a receber		-	2
		10.792	16.091
Não Circulante			
Imobilizado	7	1.266	936
		1.266	936
Total do Ativo		12.058	17.027

Passivo	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Circulante			
Fornecedores	8	840	963
Empréstimos e financiamentos	9	-	76
Obrigações fiscais	10	206	521
Salários e encargos sociais	11	1.136	1.142
Outras contas a pagar		-	11
		2.182	2.713
Não Circulante			
Impostos diferidos	12	415	243
		415	243
Patrimônio Líquido	13		
Capital social		7.883	7.883
Reservas de lucros		1.578	6.188
		9.461	14.071
Total do Passivo e Patrimônio líquido		12.058	17.027

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros a realizar	Reservas de lucros: Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	7.883	325	6.166	6.491	-	14.374
Distribuição de dividendos conf. AGO de 29/04/2022	-	-	(2.432)	(2.432)	-	(2.432)
Distribuição de dividendos conf. AGE de 01/06/2022	-	-	(3.968)	(3.968)	-	(3.968)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.097	6.097
Constituição da reserva legal	-	305	-	305	(305)	-
Transferência para reserva de lucro	-	-	5.792	5.792	(5.792)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.883	630	5.558	6.188	-	14.071
Distribuição de dividendos conf. AGE de 04/07/2023	-	-	(5.558)	(5.558)	-	(5.558)
Distribuição de dividendos conf. AGE de 17/11/2023	-	-	(4.442)	(4.442)	-	(4.442)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.390	5.390
Constituição da reserva legal	-	270	-	270	(270)	-
Transferência para reserva de lucro	-	-	5.120	5.120	(5.120)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.883	900	678	1.578	-	9.461

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Receitas de serviços prestados		27.504	26.014
Impostos incidentes		(1.920)	(1.842)
Receita operacional líquida	14	25.584	24.172
Custos dos serviços prestados	15	(16.829)	(14.164)
Lucro Bruto		8.755	10.008
Despesas (receitas) operacionais:			
Despesas administrativas	16	(743)	(710)
Despesas tributárias	17	(1.674)	(1.679)
Outras		106	74
		(2.311)	(2.315)
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		1.578	1.452
Despesas financeiras		(24)	(24)
		1.554	1.428
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		7.998	9.121
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	19		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.436)	(2.944)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(172)	(80)
Lucro líquido do exercício		5.390	6.097
Lucro líquido do exercício por ação do capital social	13.d	0,68	0,77

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro Líquido do Exercício	5.390	6.097
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	5.390	6.097

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais:	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	5.390	6.097
Ajustes por:		
Depreciação	162	32
Aumento de imposto de renda e contribuição social diferidos	172	80
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	24	24
Lucro líquido ajustado	5.748	6.233
Variações nos ativos e passivos:		
Em contas a receber	(2.166)	(206)
Em impostos a recuperar	(137)	(16)
Em estoque	(23)	(29)
Em outros ativos	2	(2)
Em fornecedores	(123)	35
Em salários, encargos e obrigações fiscais a pagar	(321)	347
Em outras obrigações	(11)	11
Caixa líquido proveniente das operações	2.969	6.373
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(492)	(367)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(492)	(367)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Contratação (pagamento) de empréstimo e financiamento	(100)	(100)
Dividendos pagos	(10.000)	(6.400)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(10.100)	(6.500)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(7.623)	(494)
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	13.567	14.061
No final do exercício	5.944	13.567
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(7.623)	(494)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: 1.1 – Objeto Social: A EBMA – Empresa Brasileira de Meio Ambiente S.A. (Companhia e/ou EBMA) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S/A. Criada em 04 de março de 1996, a Companhia tem como objeto social a execução de serviços de limpeza pública e particular, compreendendo a coleta e transporte de lixo domiciliar, urbano, hospitalar, industrial e especial, serviços de varrição de ruas, praças e logradouros públicos, operação e manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos, operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração de serviços públicos de coleta de lixo em geral, controle, operação, manutenção e funcionamento de usinas de reciclagem e compostagem de lixo e de aterro sanitário e a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC – PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas). A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas na Nota Explicativa nº 2.e. Em 29 de abril de 2024, a Diretoria aprovou estas demonstrações contábeis e autorizou a sua divulgação. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (e). **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. **d) Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse pressuposto de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3 - Políticas Contábeis Materiais e Outras Informações Elucidativas: a) Apuração do resultado: É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **b) Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. ***Empréstimos e recebíveis:*** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. ***Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:*** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas contábeis, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **c) Contas a receber:** Os valores a receber são demonstrados a valor justo, já deduzidos da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. **d) Estoque:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação. A Companhia utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. A Companhia reconhece as perdas no estoque considerando a diferença entre o preço praticado e custo médio apurado. **e) Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações registradas pelo método linear, considerando as respectivas taxas calculadas de acordo com a vida útil estimada, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7. A Companhia avalia a cada exercício o valor para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Um ativo imobilizado é considerado passível de ajuste de desvalorização quando seu valor contábil exceder seu valor recuperável. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. **f) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real. Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é 15% com adicional de 10% sobre uma base superior a R$ 240 anuais e a alíquota da contribuição social é de 9%. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. **g) Receita de serviços:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de prestação de serviços possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo contrato de prestação de serviço celebrado entre a Companhia e seus clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. **h) Resultado básico por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do semestre, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação. **i) Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2). **j) Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados:** Não existem normas e interpretações contábeis emitidas em 2023 e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa em suas demonstrações contábeis. **k) Reforma Tributária no Brasil:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LCs. A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

4 - Caixa e Equivalente de Caixa	31.12.2023	31.12.2022
Bancos conta movimento	2.197	345
Aplicações de liquidez imediata (i)	3.747	13.222
Caixa e Equivalentes de Caixa líquido	5.944	13.567

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem liquidez imediata sem perda significativa de valor em 2023 e em 2022.

5 - Contas a Receber de Clientes	31.12.2023	31.12.2022
Serviços executados a faturar (i)	4.221	2.055
	4.221	2.055

(i) Representado por serviços medidos e não faturados. Em janeiro de 2024 os serviços foram faturados e recebidos.

6 - Impostos a Compensar	31.12.2023	31.12.2022
IRRF a recuperar	30	-
IRPJ a recuperar	237	143
CSLL a recuperar	50	43
INSS retido na fonte a recuperar	45	39
	362	225

7 - Imobilizado: a) Composição

	Taxa Anual de Depreciação %	31.12.2023: Custo	31.12.2023: Depreciação acumulada	31.12.2023: Valor residual	31.12.2022: Valor residual
Terrenos	-	452	-	452	452
Instalações	10	385	(154)	231	371
Equipamentos de campo e auxiliar	5	634	(578)	56	70
Veículos	5	1.034	(1.033)	1	4
Imobilizações em curso	-	487	-	487	-
Outras imobilizações	10	140	(101)	39	39
		3.132	(1.866)	1.266	936

b) Movimentação do imobilizado

Descrição	Terrenos	Instalações	Equip. de campo e aux.	Veículos	Imobilizações em curso	Outros	Total
Saldo líquido em 31.12.2021	452	16	84	11	-	38	601
Adições	-	360	-	-	-	7	367
Baixas	-	-	-	(109)	-	-	(109)
(+) Baixas de depreciação	-	-	-	109	-	-	109
(-) Depreciações/ Amortizações	-	(5)	(14)	(7)	-	(6)	(32)
Saldo líquido em 31.12.2022	452	371	70	4	-	39	936
Adições	-	-	-	-	487	5	492
(-) Depreciações/ Amortizações	-	(140)	(14)	(3)	-	(5)	(162)
Saldo líquido em 31.12.2023	452	231	56	1	487	39	1.266

8 - Fornecedores	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores nacionais (i)	840	963
	840	963

(i) Representado basicamente por faturas em aberto de fornecedores de insumos e serviços utilizados nas operações da Companhia.

9 - Empréstimos e financiamentos: a) Composição

	Modalidade	Taxa	Circulante: 31.12.2023	Circulante: 31.12.2022
Banco Bradesco S.A.	Finame	TJLP	-	76
			-	76

b) Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	152
Juros	24
Pagamento de principal	(76)
Pagamento de juros	(24)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	76
Juros	24
Pagamento de principal	(76)
Pagamento de juros	(24)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

10 - Obrigações fiscais	31.12.2023	31.12.2022
PIS s/ Faturamento	30	29
COFINS s/ Faturamento	136	134
Obrigações fiscais sobre lucro	-	309
Impostos retidos de terceiros	38	42
PIS e COFINS s/ Receitas financeiras	2	7
	206	521

11 - Salários e encargos sociais	31.12.2023	31.12.2022
Salários a pagar	296	323
Provisão de férias e encargos	648	605
Encargos sociais a recolher	192	214
	1.136	1.142

12 - Tributos diferidos: Os tributos (IRPJ e CSLL) diferidos estão relacionados aos lucros não realizados e são decorrentes de valores a receber oriundo dos contratos com órgãos públicos, com base na legislação fiscal vigente.

Passivo não circulante	31.12.2023	31.12.2022
Tributos diferidos	415	243
	415	243

13 - Patrimônio líquido: a) Capital Social: O capital social em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 7.883 (sete milhões, oitocentos e oitenta e três mil reais), dividido em 7.883.000 (sete milhões, oitocentas e oitenta e três mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **b) Reserva legal e distribuição de dividendos:** O Estatuto prevê que dos lucros líquidos apurados nos exercícios serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social e 3% (três por cento) à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, podendo a Assembleia Geral deliberar pela distribuição a menor. A administração da Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril e 1º de junho de 2022 a distribuição de dividendos, à conta de reserva de retenção de lucros, no valor de R$ 2.432 (dois milhões, quatrocentos e trinta e dois mil reais) e R$ 3.968 (três milhões, novecentos e sessenta e oito mil reais) respectivamente e em 04 de julho de 2023 e 17 de novembro de 2023 a distribuição de dividendos, à conta de reserva de retenção de lucros, no valor de R$ 5.558 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil reais) e de R$ 4.442 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil reais), respectivamente.

	31.12.2023	31.12.2022
Resultado do exercício	5.390	6.097
(-) Reserva legal (5%)	(270)	(305)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	5.120	5.792
Dividendos mínimos obrigatórios	154	174
Dividendos adicionais pagos	9.846	6.226
Total de dividendos propostos	10.000	6.400

c) Reserva de retenção lucros: O Estatuto prevê que após a constituição da reserva legal e da distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro.

d) Resultado por ação	Resultado do exercício	Quantidade de ações	Resultado por ação
31.12.2023	5.390	7.883	0,68
31.12.2022	6.097	7.883	0,77

14 - Receita operacional líquida	31.12.2023	31.12.2022
Receita de Serviços	27.504	26.014
Total de Receita Bruta	27.504	26.014
(-) ISS	(825)	(799)
(-) PIS	(195)	(186)
(-) COFINS	(900)	(857)
Total de Impostos s/ Faturamento	(1.920)	(1.842)
Receita Operacional Líquida	25.584	24.172

15 - Custos dos serviços prestados	31.12.2023	31.12.2022
Insumos	(4.219)	(3.831)
Pessoal	(8.373)	(7.601)
Locação	(2.416)	(1.655)
Serviços de terceiros	(844)	(912)
Depreciações	(148)	(29)
Outros	(829)	(136)
	(16.829)	(14.164)

16 - Despesas administrativas	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal	(453)	(493)
Serviços de terceiros	(100)	(75)
Indedutíveis	(75)	(3)
Comerciais	(51)	(40)
Outras	(64)	(99)
	(743)	(710)

17 - Despesas tributárias	31.12.2023	31.12.2022
Contribuição Sindical	(59)	(51)
Impostos Municipais	(33)	(638)
Impostos Estaduais	(8)	(3)
Impostos Federais	(1.574)	(987)
	(1.674)	(1.679)

Novas regras do CMN vão ajudar sistema cooperativista brasileiro

Fitch Ratings diz que também irão facilitar compartilhamento de operações de crédito

A Fitch Ratings já reconhece os avanços regulatórios trazidos pela Resolução 5.131 do Conselho Monetário Nacional (CMN) como positivos para o fortalecimento do sistema de crédito cooperativo no Brasil.

A resolução foi publicada em 28 de abril passado e regulamenta parte dos assuntos tratados na Lei Complementar 196 do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Na opinião da agência, as novas regras do CMN endereçam de forma eficaz pontos importantes para o sistema cooperativo do país. Há menos de seis meses, a agência de classificação de risco de crédito tinha uma opinião diferente sobre o sistema de crédito cooperativo.

No relatório "O Que os Investidores Querem Saber: Desafios das Cooperativas de Crédito Brasileiras", publicado em 6 de novembro de 2023 (https://app.fitchconnect.com/article/RPT_10249475), a Fitch apontava o risco de governança como uma das principais preocupações do sistema cooperativo nacional, com ênfase na possível influência política de conselheiros cooperados nas decisões estratégicas das cooperativas.

Um aspecto fundamental trazido pelas novas regras é, no entender da agência, a possibilidade de reestruturação dos conselhos de administração, já que passa a ser permitida a inclusão de membros totalmente independentes – ou seja, sem nenhum tipo de vínculo com a cooperativa ou com os cooperados.

"Com as mudanças, as cooperativas deverão também estabelecer diretrizes para a substituição de membros nos conselhos de administração, bem como instituir políticas claras de renovação desses órgãos (considerando gestões de, no máximo, 12 anos para os conselheiros). Essas medidas fortalecerão a imparcialidade nas estratégias, permitindo a adoção de melhores práticas de governança corporativa, a exemplo do observado no setor bancário", prevê a agência.

Segundo a Fitch, a resolução também facilita o compartilhamento de operações de crédito entre cooperativas, promovendo uma gestão colaborativa de recursos e uma distribuição mais equilibrada dos riscos associados, além de proporcionar maior segurança jurídica aos envolvidos. A nova medida favorece a expansão do sistema cooperativo entre clientes de maior porte, especialmente grandes empresas. A formalização conjunta das operações de crédito pelas cooperativas envolvidas promoverá uma evolução nos controles internos e na adoção de práticas de crédito robustas, contribuindo significativamente para o aprimoramento da gestão de riscos dos participantes.

Fiscalização

Na opinião da agência, a Resolução 5.131 implementou mecanismos para permitir que as confederações exerçam uma fiscalização mais efetiva sobre os seus respectivos sistemas – e as cooperativas centrais, sobre as cooperativas singulares –, exigindo que estas alinhem suas práticas para prevenir dificuldades ou recuperar sua solidez financeira. Com isso, as confederações tiveram seu escopo de atuação ampliado, pois poderão intervir diretamente em cooperativas que enfrentem problemas, promover mudanças nas gestões e, em situações específicas, recomendar a fusão como estratégia para evitar problemas futuros.

A Resolução reforça, ainda, a autonomia das cooperativas centrais e das confederações, já que estas agora podem, de forma mais efetiva, prevenir ameaças à estabilidade do sistema. Por exemplo, uma solicitação de desfiliação do sistema ao qual a cooperativa pertence poderá ser recusada caso a solicitante não atenda a requisitos regulatórios mínimos. As novas regras também estabelecem a obrigação de as cooperativas de crédito manterem documentações sobre suas políticas à disposição do Banco Central do Brasil, reforçando sua transparência e a responsabilidade corporativa.

Sistemas de crédito

No segmento de cooperativas de crédito, a Fitch avalia quatro sistemas de três níveis, um sistema de dois níveis, dois bancos, cinco cooperativas centrais e 23 cooperativas singulares. A agência não espera mudanças imediatas nos ratings destes emissores em virtude exclusivamente da Resolução, considera o avanço regulatório positivo e acredita que haverá maior consolidação do setor.

A Fitch reforça que, em situações de dificuldade, as autoridades e os sistemas cooperativos têm buscado soluções de mercado (como fusões) muito antes de enfrentarem problemas mais sérios, alinhando-se ao compromisso dos reguladores em aprimorar as práticas e assegurar a proteção dos investidores.

Aeronave da Embraer certificará pulverização de biodefensivos

O avião agrícola EMB-203 Ipanema da Embraer vai realizar uma série de testes para homologar a primeira metodologia de aplicação aérea de defensivos biológicos do Brasil. O projeto pioneiro para promover a sustentabilidade no agronegócio nacional é liderado pela Koppert, líder global no desenvolvimento e produção de bioinsumos para agricultura.

A colaboração entre as equipes da Embraer e Koppert vai avaliar aspectos técnicos necessários para a melhor eficiência da pulverização e a segurança dessa prática, com o objetivo de documentar os resultados obtidos. O anúncio foi realizado durante a 29ª edição da Agrishow, a principal feira de tecnologia para o agronegócio da América Latina, que acontece até o dia 3 de maio em Ribeirão Preto, interior de São Paulo.

"A parceria entre a Embraer e a Koppert representa um passo significativo em direção à promoção da sustentabilidade no agronegócio brasileiro", afirma Gustavo Herrmann, diretor Comercial da Koppert América do Sul. "Estamos entusiasmados com a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento de práticas agrícolas mais sustentáveis e eficientes."

A padronização da forma de aplicação com base em uma metodologia científica busca assegurar a eficácia dos biodefensivos para prevenir, reduzir ou erradicar a infestação de doenças e pragas nas lavouras, combinando o uso estratégico de tecnologias de monitoramento e pulverização aérea.

Combustíveis

O Ipanema é, por enquanto, a única aeronave certificada e produzida em série para voar com biocombustível. O avião agrícola é movido a etanol. "O agronegócio tem buscado incorporar novas tecnologias para o aumento da segurança alimentar e proteção do meio ambiente, e acreditamos que a colaboração entre Embraer e Koppert poderá contribuir para novos avanços sustentáveis do setor", disse Sany Onofre, responsável pela produção e comercialização do Ipanema na Embraer.

Koppert

Com uma trajetória de mais de cinco décadas no mercado de bioinsumos e presente no Brasil desde 2011, a Koppert é uma empresa holandesa pioneira na promoção do equilíbrio ecológico nos sistemas agrícolas. A empresa possui três unidades: microbiológicos, localizada em Piracicaba (SP), de macrobiológicos e de formulações, em Charqueada (SP). Além disso, possui um departamento próprio de Pesquisa & Desenvolvimento para o aprimoramento de tecnologias de controle biológico na agricultura tropical.

A série Ipanema ultrapassou a marca de 1.600 unidades produzidas e entregues, mantendo-se líder no mercado nacional, com 60% de participação. Desde o lançamento da nova versão do modelo EMB-203 em 2020, a empresa tem registrado crescimento contínuo nas vendas.

Produzida na unidade da Embraer em Botucatu-SP, a aeronave é movida a etanol desde 2005, tornando-se o primeiro avião da empresa certificado e produzido em série para voar com energia renovável. Ferramenta ideal para pulverização, o Ipanema oferece aplicação em velocidade constante, zero perdas por amassamento ou compactação do solo. Ele também pode ser utilizado para espalhar sementes, combater vetores e larvas, no combate primário a incêndios e povoamento de rios.